



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

(FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Andreina Magalhães Gomes dos Santos

**A IMPORTÂNCIA SOCIAL DA CODEVASF: UMA ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS
REALIZADOS NO PERÍODO DE 2018 A 2022**

Brasília - DF

2023

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professora Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Wagner Rodrigues dos Santos
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

Andreina Magalhães Gomes dos Santos

**A IMPORTÂNCIA SOCIAL DA CODEVASF: UMA ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS
REALIZADOS NO PERÍODO DE 2018 A 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Contabilidade e Setor Público

Área: Ciências Contábeis

Orientador: Prof.^a Dr.^a Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva

Brasília - DF

2023

SANTOS, Andreina Magalhães Gomes dos.

A importância social da CODEVASF: uma análise dos investimentos realizados no período de 2018 a 2022/ Andreina Magalhães Gomes dos Santos, Brasília: UnB, 2023. 54 p.

Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação

Universidade de Brasília, 2º/2022

Bibliografia

1. Contabilidade e Setor Público. 2. Investimento. 3. CODEVASF. 4. Importância Social.
I. Saraiva, Mayla Cristina. II. Universidade de Brasília. Curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

Andreina Magalhães Gomes dos Santos

**A IMPORTÂNCIA SOCIAL DA CODEVASF: UMA ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS
REALIZADOS NO PERÍODO DE 2018 A 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia,
Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Contábeis, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Mayla
Cristina Costa Maroni Saraiva.

Aprovado em 10 de fevereiro de 2023.

Prof.^a Dr.^a Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva
Orientadora

Prof. Dr.^a Fátima de Souza Freire
Professora - Examinadora

Brasília - DF, 09 de fevereiro de 2023.

*“Levanta cedo pra labuta que eu ‘tô pronto
Eu muito conto com meu Deus que ‘tá no céu
Eu tenho a senha pra correr em todo canto
Humildade e a disciplina dos sermão que mãe me deu.”
(João Gomes)*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus por sempre ter planos grandes na minha vida e por me manter forte para conquistar meus sonhos. Também gostaria de agradecer minha família Magalhães e Gomes, em especial meu pai José, minha mãe Soyonara, minhas irmãs Amanda e Tais por serem minha base na vida.

Deixo os meus sinceros agradecimentos a empresa CODEVASF, pelo tempo em que estagiei na gerência de contabilidade, sou agradecida a cada colega de trabalho, entre eles aos gerentes Julianna, Bruno e Adaildes, mas também a Maiara, o João Paulo, o Francisco, a Manuella, o Leonardo, o Matheus, o Tarso, o Tibério e em especial minha supervisora a Rosemary, sou grata também aos meus colegas estagiários Leonardo, Renato e Stefany que também passaram pela minha jornada, como também aos demais funcionários da empresa.

Além disso, sou grata a Ábaco Empresa Júnior, por ter me desenvolvido, me ajudado a criar novas habilidades, pelas pessoas que conheci, por tudo que aprendi e pelos momentos de aprendizagem que me proporcionou durante o curso.

Obrigada também aos meus amigos que sempre estiveram comigo, que também me ajudaram e me motivam a viver os meus sonhos. Muito obrigada a minha orientadora Dr.^a Mayla Cristina Manori Saraiva pelo auxílio nesse processo, pela confiança, pelas dicas e por tudo.

RESUMO

Esse trabalho teve como objetivo analisar a importância social da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) durante os anos de 2018 a 2022, por meio da análise dos investimentos realizados pela organização por região geográfica em que atua. Para tanto, pauta-se na metodologia exploratório-descritiva, tendo abordagem qualitativa. Foi possível verificar a destinação dos investimentos para os Estados por Superintendências quanto às principais linhas temáticas priorizadas por região geográfica. Minas Gerais apresentou ser a Superintendência que atende a maior quantidade de municípios, as Superintendências que tiveram os menores valores investidos foram criadas a pouco tempo e não foi possível inferir que realmente há priorização de uma região em detrimento de outra. Observou-se ainda que existem projetos em execução desde 2018, porém em algumas Superintendência todos os projetos foram concluídos ou estão na fase final. No entanto, os projetos iniciados a partir de 2019 estão com saldos altos de investimentos em execução ainda. No entanto, de modo geral, a empresa atende e assiste os Estados gerando desenvolvimento econômico nas diversas áreas de atuação, nas linhas de investimento voltadas a Segurança Hídrica, Agricultura Irrigada e Economia Sustentável.

Palavras-chaves: Contabilidade e Setor Público, Investimento, CODEVASF, Importância Social.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the social importance of São Francisco and Parnaíba Valley Development Company (CODEVASF) during the years 2018 to 2022, through the analysis of the investments made by the organization by geographic region in which it operates. Therefore, it is based on an exploratory-descriptive methodology, with a qualitative approach. It was possible to verify the allocation of investments to the States by Superintendencies regarding the main thematic lines prioritized by geographic region. Minas Gerais was the Superintendence that serves the largest number of municipalities, the Superintendencies that had the lowest amounts invested were created a short time ago and it was not possible to infer that there is really prioritization of one region over another. It was also observed that there are projects running since 2018, but in some Superintendence all projects have been completed or are in the final phase. However, projects started from 2019 still have high balances of investments in execution. However, in general, the company serves and assists the States generating economic development in the various areas of activity, in the lines of investment focused on Water Security, Irrigated Agriculture and Sustainable Economy.

Keywords: Accounting and Public Sector, Investment, CODEVASF, Social Importance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO

Quadro 1 – Principais linhas de negócio por tema estratégico	14
Quadro 2 - Relatórios da Administração dos anos de 2018 até 2021	19

FIGURAS

Figura 1 - Área de atuação da Codevasf no território brasileiro	21
Figura 2 - Unidades Administrativas da Codevasf	21

GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico e Tabela 1 - Valor total do instrumento investido – 1ª SR de MG	23
Gráfico e Tabela 2 - Valor total do instrumento investido – 2ª SR de BA	24
Gráfico e Tabela 3 - Valor total do instrumento investido – 3ª SR de PE	25
Gráfico e Tabela 4 - Valor total do instrumento investido – 4ª SR de SE	26
Gráfico e Tabela 5 - Valor total do instrumento investido – 5ª SR de AL	28
Gráfico e Tabela 6 - Valor total do instrumento investido – 6ª SR de BA	29
Gráfico e Tabela 7 - Valor total do instrumento investido – 7ª SR de PI	30
Gráfico e Tabela 8 - Valor total do instrumento investido – 8ª SR de MA	31
Gráfico e Tabela 9 - Valor total do instrumento investido – 9ª SR de GO	32
Gráfico e Tabela 10 - Valor total do instrumento investido – 10ª SR de TO	33
Gráfico e Tabela 11 - Valor total do instrumento investido – 11ª SR de AP	34
Gráfico e Tabela 12 - Valor total do instrumento investido – 12ª SR de RN	35
Gráfico e Tabela 13 - Valor total do instrumento investido – 13ª SR de PB	36
Gráfico e Tabela 14 - Valor total do instrumento investido – 14ª SR de CE	38
Gráfico e Tabela 15 - Valor total do instrumento investido – Sede em DF	39
Gráfico e Tabela 16 - Valor total do instrumento investido – 1ª SR de MG	40
Gráfico e Tabela 17 - Valor total do instrumento investido – 2ª SR de BA	41
Gráfico e Tabela 18 - Valor total do instrumento investido – 3ª SR de PE	42
Gráfico e Tabela 19 - Valor total do instrumento investido – 4ª SR de SE	43
Gráfico e Tabela 20 - Valor total do instrumento investido – 5ª SR de AL	44
Gráfico e Tabela 21 - Valor total do instrumento investido – 6ª SR de BA	45
Gráfico e Tabela 22 - Valor total do instrumento investido – 7ª SR de SE	46
Gráfico e Tabela 23 - Valor total do instrumento investido – 8ª SR de AL	47
Gráfico e Tabela 24 - Valor total do instrumento investido – 9ª SR de BA	48
Gráfico e Tabela 25 - Valor total do instrumento investido – 7ª SR de PI	49
Gráfico e Tabela 26 - Valor total do instrumento investido – 8ª SR de MA	50

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	12
1.1 Contextualização	12
2.REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)	14
2.2 Desenvolvimento local sustentável: investimentos, corrupção e desafios atuais...	16
3.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
4.RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
4.1 Demonstrações dos investimentos por região geográfica	20
4.2 Análise e discussão	38
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
Referências	52

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Cada vez mais são questionados os investimentos públicos em termos da qualidade e retorno social que proporcionam. No Brasil, a gestão pública impõe um desafio a ser vencido que é a maximização da utilização dos recursos públicos e cumprimento dos princípios fundamentais expressos no artigo 37 da Constituição Federal (Graciliano & Fialho, 2013; Maia & Correia (2022). Estes princípios visam fazer com que as entidades públicas se tornem instituições sólidas, eficazes e bem estruturadas, tornando-as assim base de desenvolvimento econômico do país (Graciliano & Fialho, 2013).

Embora nas últimas décadas do século XX o tema da reforma administrativa tenha integrado a agenda política de grande parte dos governos dos países industrializados e tenha sido responsável por um conjunto alargado de mudanças no sistema administrativo, inerentes a diferentes modelos de gestão pública, que nada mais são do que uma resposta às alterações do papel e concepções do Estado (Blonski, Coelho Prates, Costa, & Vizeu, 2017; Rocha, 2001; Maia & Correia, 2022), considera-se que ainda há muito a ser feito com relação aos recursos naturais e geração de renda aos pequenos agricultores, entre outros temas relacionados aos desastres naturais, segurança hídrica e economia sustentável (Cintra, 2022).

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) foi fundada no ano de 1974 e caracteriza-se por ser empresa pública federal responsável pelo desenvolvimento dos vales do São Francisco e Parnaíba, Itapecuru e Mearim (BRASIL, 2017a), com atuação principal na construção de infraestruturas físicas para suporte ao desenvolvimento de agricultura irrigada, ela tem também relação com a ascensão social e o crescimento da economia brasileira. Historicamente, o poder constituinte no ano de 1946, observando quão fundamental o rio para o desenvolvimento integrado, colocaram no Ato das Disposições Transitórias o Artigo 29, que determinava:

A execução de um plano de aproveitamento das possibilidades econômicas da bacia hidrográfica, num prazo de 20 anos destinando-se quantia anual não inferior a 1% da renda tributária da União.

Assim, foi criada a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) pela Lei nº 541, em 15 de dezembro de 1948, atuando pelos 20 anos que foram estabelecidos pela Constituição, até que se teve uma troca e se criou em 28 de fevereiro de 1967, com o Decreto – Lei nº 292, a

chamada Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), que representava uma autarquia que tinha vínculo com o Ministério do Interior.

Em 16 de julho de 1974, tendo a sucessão da Suvale, com a Lei nº 6.088 foi criada a Codevasf com modo de atuação, na bacia hidrográfica do rio São Francisco com 636.073,10 km², contando com 504 municípios, além disso, seis estados sendo eles: Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, contando também com o Distrito Federal.

Com a Lei nº 9.954/2000, a empresa teve ampliação em sua área de atuação para também a bacia hidrográfica do rio Parnaíba, com o passar dos anos continuou ampliando e tendo incorporações em suas áreas de atuação. Dessa maneira, a Codevasf cresceu em sua atuação passando a atuar em 3.113.903,78 km², o que antes era 7,47% do território nacional passou a ser 36,59%, contendo 2.675 municípios, contando agora com o total de quinze estados: Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins, mas também o Distrito Federal.

Codevasf (2022), por meio de seu relatório de gestão, relata que ao longo dos seus 48 anos, a empresa vem transformando a realidade local sua atuação, assim contribuindo para a qualidade de vida de diversas pessoas carentes de infraestrutura, auxiliando no desenvolvimento desses locais.

No entanto, em 2022 e começo de 2023, foram divulgadas notícias pelos meios midiáticos (O Estadão, 2022; Folha, 2022; Metrópolis, 2023) que o Ministério Público e Controladoria Geral da União haviam encontrado irregularidades em processos licitatórios, que a empresa estaria cometendo corrupção e clientelismo, abrindo espaço para questionamentos acerca de sua gestão. Há ainda recentes notícias de interesses políticos na gestão da companhia (O Estadão, 2023; Folha, 2023; Metrópolis, 2023). Nesse sentido, tem-se como problema de pesquisa: como foram utilizados os recursos para as obras de infraestrutura da Codevasf no período de 2018 a 2022 nas regiões geográficas em que atua?

Para tanto, serão analisados demonstrativos contábeis e dados internos da empresa, além de relatórios de gestão e dados publicados em seu site. Atualmente a empresa é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e trabalha buscando desenvolver as bacias hidrográficas de forma sustentável e integrada (Codevasf, 2022).

Por fim, considera-se que esta pesquisa é relevante e justifica-se por demonstrar as motivações e a importância dos investimentos nas cidades, além de contribuir para a transparência dos investimentos realizados por cada superintendência e análise da missão da empresa, que é a redução das desigualdades regionais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) é uma empresa pública, originalmente vinculada ao Ministério da Integração Nacional (MI), atualmente Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), que tem como objetivo realizar ações que tenham como orientação gerar o desenvolvimento das regiões (Codevasf, 2022).

Com orientação pela vocação e potencialidades da localidade, a Codevasf vem contribuindo para melhorar a vida e desenvolver o socioeconômico da sua área de atuação, através da execução direta ou por parcerias, dos expressivos números de ações relacionadas, com foco principal, no desenvolvimento da agricultura irrigada, revitalização de bacias hidrográficas, estruturação de atividades produtivas e oferta de água para garantir a segurança hídrica (Codevasf, 2019; Codevasf, 2020; Codevasf, 2022).

O quadro 1 mostra as principais linhas de investimento sobre os temas considerados estratégias de negócios da organização:

Quadro 1 – Principais linhas de negócio por tema estratégico

Tema Estratégico	Setor	Intervenções	Benefícios	Público-alvo
Segurança Hídrica	Revitalização de Bacias Hidrográficas	<ul style="list-style-type: none"> • Esgotamento sanitário; • Ligações intradomiciliares; • Sistemas de abastecimento de água; • Processos erosivos. 	Melhoria da qualidade e aumento da disponibilidade de água e redução de sedimentos.	População urbana e rural; Produtores rurais.
	Infraestrutura Hídrica	<ul style="list-style-type: none"> • Cisternas; • Poços; • Barragens; • Adutoras; • Sistemas de abastecimento de água. 	Aumento da oferta de água para usos múltiplos.	População urbana e rural, com prioridade de atendimento às famílias que vivem em situação de pobreza extrema; Produtores rurais.
	Adução de água bruta	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do sistema de gestão do PISF; • Operação e manutenção do PISF. 		

Agricultura Irrigada	Agricultura Irrigada	<ul style="list-style-type: none"> Gestão, administração e operação de projetos de irrigação Implantação de infraestrutura de uso comum para irrigação. 	Geração de emprego e renda, aumento da produção agrícola, atração de investimentos e geração de diversas.	Produtores rurais familiares; Produtores empresariais.
Economia Sustentável	Inclusão Produtiva	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação de jovens; Aquicultura, agricultura familiar, etc. Obras de infraestrutura para escoamento de produção; Projetos e obras em infraestruturas urbana e rural; Operação dos Centros Integralizados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura. 	Geração de emprego, renda, produção agrícola, atração de investimentos e geração de divisas; Inserção de jovens no mercado de trabalho.	Pequenos e médios produtores rurais; Jovens rurais na faixa de 14 a 26 anos.

Fonte: relatório administrativo da Codevasf (2019, p. 6 e 7)

Assim, os valores investidos, na execução das políticas do desenvolvimento regional, são direcionados em três pontos estratégicos, que são eles: agricultura irrigada, econômica sustentável e segurança hídrica, e originalmente atuava nos estados Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, contando também com o Distrito Federal.

A Lei nº 14.053/2020, foi utilizada para mostrar os lugares em que ela atua e a ampliação geográfica:

Art. 2º A Codevasf terá sede e foro no Distrito Federal e atuação nas bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru, Paraguaçu, Araguari (AP), Araguari (MG), Jequitinhonha, Mucuri e Pardo, nos Estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, de Pernambuco, do Piauí, de Sergipe e do Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas e litorâneas dos Estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Sergipe, e poderá, se houver prévia dotação orçamentária, instalar e manter no País órgãos e setores de operação e representação.

Dessa maneira, ampliou-se a atuação da Codevasf, que passou a atender os municípios do Amapá, Paraíba e Rio Grande do Norte e aumentou a atuação na Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Piauí. Com esse crescimento a empresa passou a atuar por volta de 2.681 municípios, sendo localizados em 15 estados e no Distrito Federal e alcança hoje em torno de 36,59% do território nacional.

Com relação à área de controladoria e transparência, de acordo com a Lei nº 13.303/2016, a Codevasf tem o dever de conferir a integridade e transparência de suas

contratações públicas, dessa forma selecionando seus parceiros por modo de processo competitivo, impessoal e também transparente.

2.2 Desenvolvimento local sustentável: investimentos, corrupção e desafios atuais

Embora não seja senso comum a compreensão de que a corrupção e o desenvolvimento são conceitos mutuamente relacionados, que mudam de significado ao longo do tempo a partir da mudança de práticas na sociedade e institucionalização de novos padrões legitimados, considerados socialmente como maneiras apropriadas das pessoas se comportarem (DiMaggio, 1988; Mungiu-Pippidi, & Hartmann, 2019), há uma vertente na literatura sobre corrupção, com contribuição de economistas e não economistas, sugerindo que, no contexto de regulamentações abrangentes e pesadas nos países em desenvolvimento, a corrupção pode melhorar a eficiência e ajudar o crescimento (Bardhan, 2017).

No entanto, Gray, & Kaufman (1998), por meio do exame das causas da corrupção nos países em desenvolvimento e nas economias em transição, sugerem que o suborno predominante, portanto a corrupção, impõe um imposto significativo sobre o investimento estrangeiro direto em todas as regiões, na medida em que o custo de capital aumenta muito.

Hope (2022) demonstra que a corrupção na África continua a ser negativamente associada aos objetivos de desenvolvimento sustentável e que, por sua vez, continuará a afetar o progresso do continente na consecução do desenvolvimento sustentável. Para o autor, a corrupção é muito prejudicial para as economias de todas as nações e regiões, especificamente na África, considera que esse impacto no desenvolvimento sustentável tem sido particularmente grave e contínuo.

Mungiu-Pippidi, & Hartmann (2019) argumentam que a visão de governo predominante no século 21 que considera a corrupção inaceitável tem suas raízes teóricas no antigo pensamento ocidental, bem como no pensamento oriental. Para os autores, essa visão condenatória da corrupção sempre coexistiu com uma abordagem moralmente indiferente ou neutra que encontrou sua expressão mais notavelmente nos estudiosos do desenvolvimento das décadas de 1960 e 1970, que viam a corrupção como um facilitador do desenvolvimento, e não como um obstáculo. Essas opiniões expressas há várias décadas de que a corrupção é capaz de lubrificar as engrenagens e potencialmente contribuir para o desenvolvimento econômico não são válidas e, de fato, foram desacreditadas várias vezes ao longo dos anos (Hope, 2022).

Pesquisas sobre o nexos entre corrupção e desenvolvimento identificam mecanismos que possibilitam a corrupção e ofereceram teorias de mudança, que informaram políticas práticas de desenvolvimento (Mungiu-Pippidi, & Hartmann, 2019). Os autores consideram que intervenções que adotam uma abordagem de agente principal se encaixam melhor nas economias avançadas, onde a corrupção é uma exceção, do que nas economias emergentes, onde o oposto da corrupção, a norma do universalismo ético, ainda não foi construído. Em tais contextos, a corrupção é melhor abordada a partir de uma perspectiva de ação coletiva. Analisando os dados transnacionais para o período 1996-2017, torna-se evidente que o controle da corrupção estagnou na maioria dos países e existem apenas algumas exceções (Mungiu-Pippidi, & Hartmann, 2019).

Gray (1998) enfoca a criação de vontade política e pressão construtiva, bem como a assistência de organizações internacionais e doadores no combate à corrupção, apoiando reformas governamentais em políticas econômicas, instituições e a busca de uma sociedade civil saudável, enquanto Mungiu-Pippidi, & Hartmann (2019) argumentam que para uma melhoria duradoura do controle da corrupção, as sociedades precisam reduzir os recursos para a corrupção e, ao mesmo tempo, aumentar as restrições. Para eles, a evolução de um regime de governança requer um esforço de múltiplas partes interessadas, indo além da esfera do governo, envolvendo a imprensa, empresas e uma sociedade civil forte e ativista.

Por sua vez, Pott, & Estrela (2017) consideram que quando se estuda a história das políticas públicas ambientais no mundo, nota-se um padrão: grandes desastres ambientais, com consequentes contaminações ambientais, atingindo centenas de pessoas antecedem a mobilização da sociedade e tomadas de decisão, ou seja, primeiro têm-se descaracterização de ambientes e perdas vidas humanas e depois de um período de tempo, por vezes anos, chegam as soluções. As autoras, de maneira otimista, afirmam que uma característica fundamental do estilo de vida da humanidade sempre se deu sobre o enfoque da remediação, ao invés da prevenção e que graças à ascensão das Políticas Ambientais, esse paradigma começa a tomar rumos de mudança (p.282).

Observa-se, no entanto, que o Brasil, não distintamente do que ocorre ao redor do mundo, tem sofrido cada vez mais impactos de desastres, sejam eles de origem natural ou provocados pela ação humana (Palavicini, & Junior, 2020). Nesse contexto de desastres socioambientais, evidenciam-se ocorrências ao passar dos últimos anos no cenário nacional e há ainda a sensação de impunidade que ronda o sistema judiciário brasileiro.

Considera-se que analisar os investimentos realizados pela Codevasf pode dar maior transparência do que se tem realizado para melhoria do desenvolvimento local, assim como fomentar novos estudos que analisem a qualidade desses gastos e investimentos realizados.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estratégia de pesquisa utilizada é exploratório-descritiva, tendo abordagem qualitativa. As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, incluindo também a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis (Gil, 2022).

No site codevasf.gov.br são divulgados os dados sobre os contratos realizados pela empresa, contratos que são celebrados em vários órgãos da administração pública e privada, para pessoas jurídicas como também físicas, para a conquista de objetivos de interesse público, nas questões que são estabelecidas pelas regras jurídicas e administrativas (Codevasf, 2022).

Foi analisado os investimentos públicos da empresa que é norteada pelo objetivo de “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (art. 3º, inciso III da Carta Magna), dessa maneira foi observado os anos de 2018 até 2022, com o objetivo de analisar a importância social por meio dos investimentos realizados pela organização por região geográfica em que atua.

Os contratos e demais dados da empresa ficam localizados no banco de dados da empresa que permitem filtrar as informações desejadas por superintendência, localidade, ano, se já foi concluída ou está em execução e entre outros filtros.

Para realizar a pesquisa, foi criada uma planilha com os dados do painel de instrumentos – execução do site da empresa, assim foram selecionados os dados de cada superintendência, com seu respectivo estado, pelos anos de 2018 até 2022, selecionando os contratos que já foram concluídos, que estavam no site que contou com a última atualização da plataforma no dia 27 de dezembro de 2022. Além disso, a empresa forneceu a planilha com seus dados contando também com os investimentos em execução, esses dados estão publicados no site da empresa.

O valor total do instrumento foi utilizado para observar os investimentos, ele representa a quantidade que foi investida em cada superintendência para realizar os serviços que foram feitos ao decorrer dos anos, como também os projetos em execução com maior saldo foram possíveis observar a quantidade de obras que ainda estão sendo realizadas.

Na base de pesquisa que se encontra no site estão disponíveis os contratos que foram assinados, como também publicados no Diário Oficial da União (DOU) e com *status* em relação

à execução, além disso, não aparecem instrumentos em celebração ou cancelamentos. Dessa maneira, eles mantêm a transparência dos dados para quem tem interesse em analisá-los.

Para realizar o acesso dos dados sobre as compras realizadas pela empresa, é utilizado os campos de pesquisa que podem ser de modo individual indicando os critérios necessários ou um painel de instrumentos.

Além disso, existe um painel de instrumentos – execução, que constam todos os contratos, também é uma forma de visualizar os projetos que foram realizados de modo geral, nesta página se pode utilizar filtros podendo fazer a seleção Unidade Federativa, Unidade Executora, situação do instrumento, assunto, tipo de instrumento, valor do instrumento e ano de celebração e também podendo ver a última vez que a empresa realizou a atualização da página.

Outros dados que também possibilitaram observar melhor as informações foram os relatórios da administração dos anos de 2018 até 2021, que apresentam uma visão geral da empresa, descrição dos negócios, como também serviços, estrutura, conjuntura econômica, investimentos, desempenho, responsabilidades, perspectivas e também contando com o funcionamento anual da CODEVASF. No Quadro 2 pode ser observado os documentos consultados:

Quadro 2 – Relatórios da Administração dos anos de 2018 até 2021

Quadro metodológico	
Anos	Número de páginas
Relatório da Administração 2018	34
Relatório da Administração 2019	23
Relatório da Administração 2020	32
Relatório da Administração 2021	42

Fonte: relatório administrativo da Codevasf

Dessa forma, a transparência está ligada a evidenciação, que pode ser compreendida como divulgação, isso traduz o objetivo central das ciências contábeis que é gerar dados para que possam auxiliar em decisões que possam surgir futuramente. A internet acaba sendo um meio com grandes quantidades de informações, assim acabam ajudando em seus diversos serviços, o que não foi possível verificar nos dados divulgados, consultou-se em dados gerenciais da organização e fez-se cruzamento dos dados das demonstrações contábeis do período analisado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Demonstrações dos investimentos por região geográfica

A empresa passou a atuar no Nordeste brasileiro inteiro, conforme comentado no referencial teórico, incluindo as bacias dos rios Mucuri, Jequitinhonha e Pardo, mas também outras bacias hidrográficas litorâneas dos diversos Estados da Bahia, do Ceará, de Pernambuco e do Piauí, como também as bacias de Goiás, de todas as bacias da Paraíba e do Rio Grande no Norte (Codevasf, 2022).

Foram inseridas também na área de atuação de diversas bacias hidrográficas no Estado do Amapá e a bacia hidrográfica do rio Araguari em Minas Gerais. A área da Sede abrangendo bacias hidrográficas dos rios Gurupi, São Francisco e Tocantins, nos Estados do Pará, no Mato Grosso e com sede no Distrito Federal (Codevasf, 2022).

Por enquanto, existem também as que não ocorrem as aberturas sendo elas da 13^a e 14^a superintendências a área da Sede cuida das abrangências das bacias hidrográficas dos Estados de Paraíba e do Ceará. Os contratos da 10^a até 14^a das superintendências foram realizados pela Sede em Brasília por serem empresas novas.

A Codevasf atua em diversos Estados, conforme pode ser observado na Figura 1 por meio da sua área de atuação e na Figura 2 por meio de suas unidades administrativas:

Figura 1 – Área de atuação da Codevasf no território brasileiro



Fonte: Site da Codevasf

Figura 2 – Unidades Administrativas da Codevasf



Fonte: Site da Codevasf

Para melhor compreensão dos dados, separou-se a análise dos investimentos realizados por Superintendências, conforme será visto a seguir:

Minas Gerais – 1ª Superintendência Regional

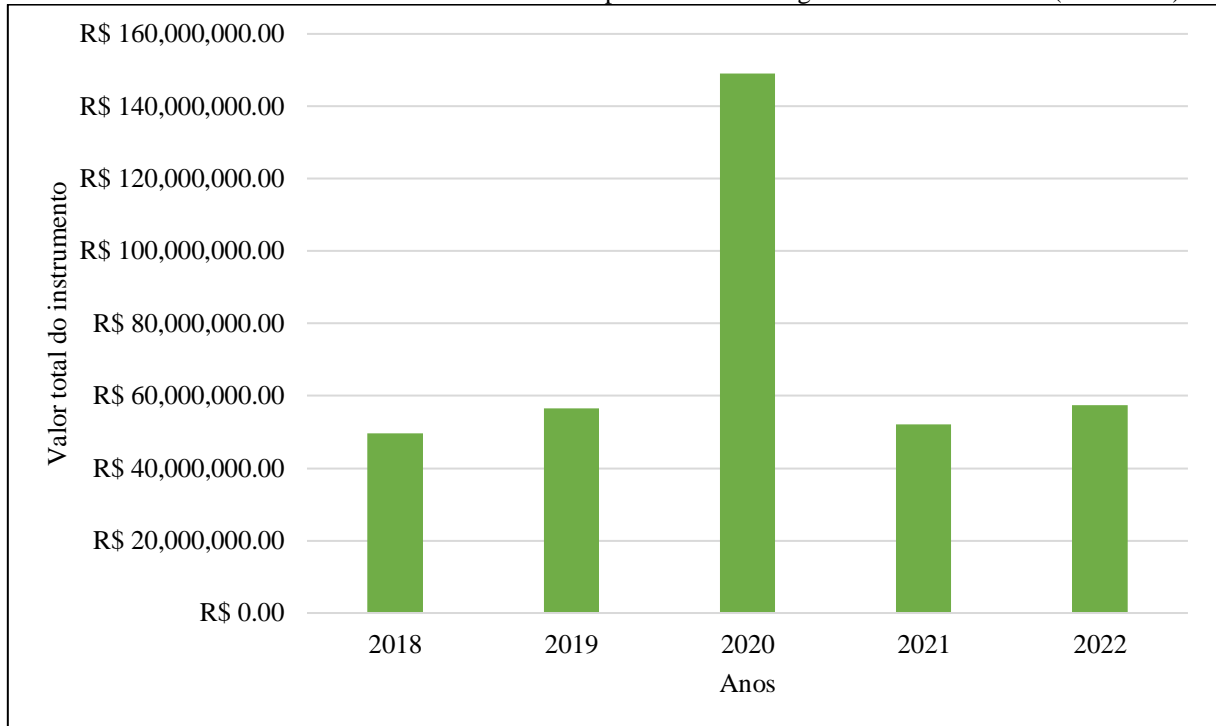
Em Minas Gerais, a Codevasf atua em 349 municípios, considerada a 1ª Superintendência, sendo a sede no município de Montes Claros. Ela tem jurisdição no Estado de Minas Gerais, percorrendo a bacia hidrográfica do rio São Francisco, nas regiões do “Alto” e “Médio” de São Francisco, a bacia do rio Áraguari, também como parte das bacias dos rios Pardo, além de Jequitinhonha e Mucuri (Codevasf, 2022).

No Estado, entre os anos de 2018 e 2022, os valores de instrumentos foram semelhantes em alguns anos, em 2018 teve R\$ 49.577.748,18, 2021 R\$52.054.313,61 e 2022 R\$57.498.749,78, com menores valores em 2019 R\$ 56.499.086,34, e 2020 R\$ 148.999.948,17 como os maiores valores são esse, mas o ano em que mais se destacou foi 2020 o ano em que iniciou a COVID-19.

Durante esse período o dinheiro foi destinado para: execução de serviços de conclusão do sistema de esgotamento sanitário, obras de construção, pavimentação asfáltica, aquisição de caminhões pipas, execução de perfuração de poços tubulares em municípios, equipamentos para o fornecimento de água, aquisição de mini-fábrica de processamento de algodão, aquisição de implementos para agrícolas, fornecimento de kits de irrigação, entre outros.

Nesse processo foram criados sistemas de esgotamento em municípios como em Prudente de Moraes e Bocaiúva, ações de erosões em cabeceira de córregos, ações de manutenção, regularização e fiscalização de barragens, contando com a execução da revisão periódica assim como a barragem de Bico da Pedra, além disso o fortalecimento no polo da apicultura no Norte de Minas Gerais.

Gráfico 1 – Valor total do instrumento investido – 1ª Superintendência Regional de Minas Gerais (Concluído)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

Tabela 1 – Valor total do instrumento investido – 1ª Superintendência Regional de Minas Gerais

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 49.577.748,18
2019	R\$ 56.499.086,34
2020	R\$ 148.999.948,17
2021	R\$ 52.054.313,61
2022	R\$ 57.498.749,78
	R\$ 364.629.846,08

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Bahia – 2ª Superintendência Regional

Na Bahia, a Codevasf atua em 212 municípios, conta com sede no município de Bom Jesus da Lapa, é considerada a 2ª Superintendência, abrange a bacia hidrográfica do rio São Francisco, em uma pequena porção da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu, Pardo Jequitinhonha e Murici, além disso nas demais bacias litorâneas do sul da Bahia, contendo destaque na bacia do rio de Contas (Codevasf, 2022).

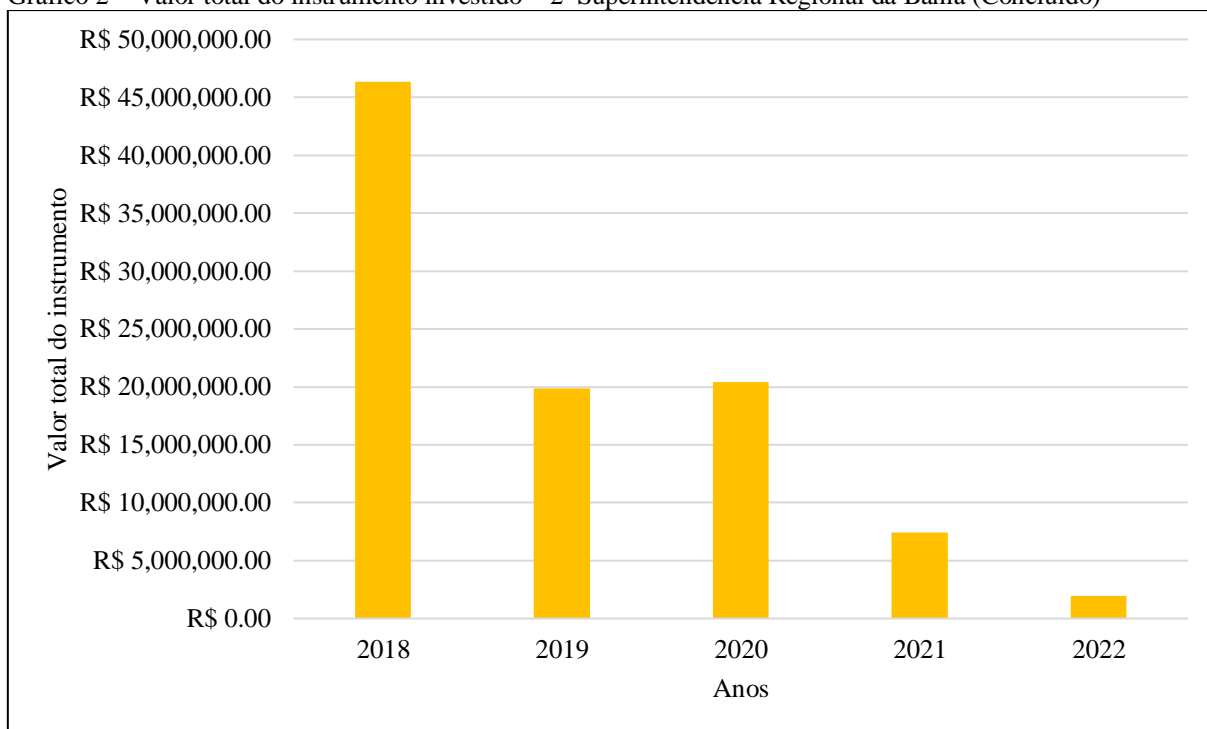
O ano de 2018 na Bahia foi o ano com maior valor total de instrumento com R\$ 46.365.948,00, em 2019 R\$19.839.930,22 e 2020 R\$ 20.403.885,34 com valores semelhantes e 2020 e 2022 com os menores valores R\$ 7.408.414,43 e R\$ 1.934.110,95.

Nesse local o objeto de investimento foi destinado para: serviços relativos à conclusão de sistemas de abastecimentos de água em comunidades rurais, reestruturação hídrica e física

de perímetros irrigados, montagens hidráulicas, reservatórios de água , pavimentação asfáltica, manutenção de estradas, serviços de perfuração e instalação de poços tubulares em municípios.

Impacto gerado nesse processo nesta está ligado ao abastecimento de água, as ações de recuperação das ações de controle de processos erosivos, recuperação de nascentes, ajudando no fortalecimento no polo de piscicultura, com realização de curso de beneficiamento de pescado e produção de derivados de peixe.

Gráfico 2 – Valor total do instrumento investido – 2ª Superintendência Regional da Bahia (Concluído)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

Tabela 2 – Valor total do instrumento investido– 2ª Superintendência Regional da Bahia

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 46.365.984,00
2019	R\$ 19.839.930,22
2020	R\$ 20.403.885,34
2021	R\$ 7.408.414,43
2022	R\$ 1.934.110,95
	R\$ 95.952.324,94

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Pernambuco – 3ª Superintendência Regional

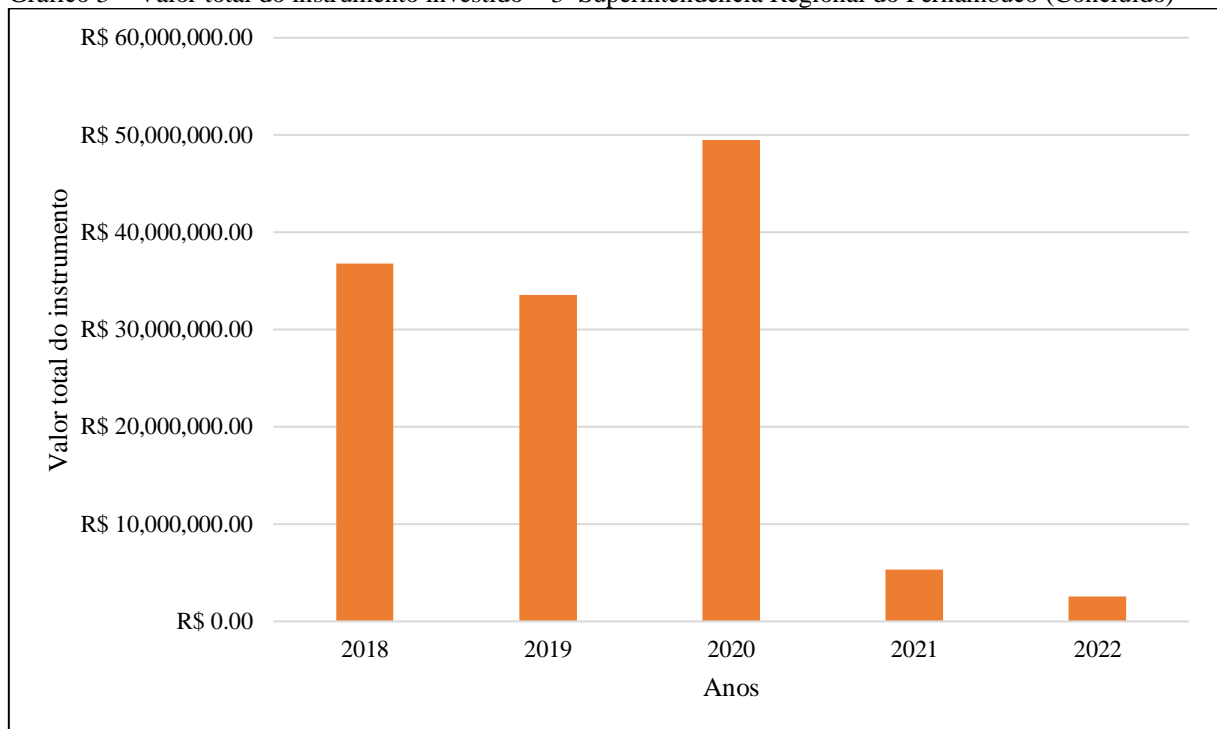
No Estado de Pernambuco está a 3ª Superintendência, com sede no município de Petrolina, responsável pela atuação em 185 municípios, abrangência na bacia hidrográfica do

rio São Francisco, em quase toda a bacia do rio Una, além das bacias dos rios Mundaú e Parnaíba (Codevasf, 2022).

Recentemente foram acrescentadas todas as bacias hidrográficas e litorâneas localizadas no Estado de Pernambuco à área de atuação da Companhia, destacando as bacias dos rios Ipojuca e Capibaribe. Os dados relacionados a Pernambuco mostram que ao decorrer dos anos os valores do Instrumento vão diminuindo ao decorrer dos anos 2018 R\$ 36.788.232,60, 2019 R\$33.580.680,46, 2020 R\$ 49.501.561,39, 2021 R\$ 5.337.701,86 e 2022 com R\$ 2.527.533,57, assim foi nesse Estado com o passar do tempo (Codevasf, 2022).

Os investimentos estão ligados aos: serviços de conclusão do sistema de esgotamento sanitário, serviços técnicos especializados em consultoria ambiental, como também resgate da fauna, poços tubulares, sistema de abastecimento de água, cursos de produção de itens artesanais a partir do mel e subprodutos das abelhas.

Gráfico 3 – Valor total do instrumento investido – 3ª Superintendência Regional do Pernambuco (Concluído)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

Tabela 3 – Valor total do instrumento investido – 3ª Superintendência Regional do Pernambuco

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 36.788.232,60
2019	R\$ 33.580.680,46
2020	R\$ 49.501.561,39
2021	R\$ 5.337.701,86

2022	R\$ 2.527.533,57
R\$ 127.735.709,88	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

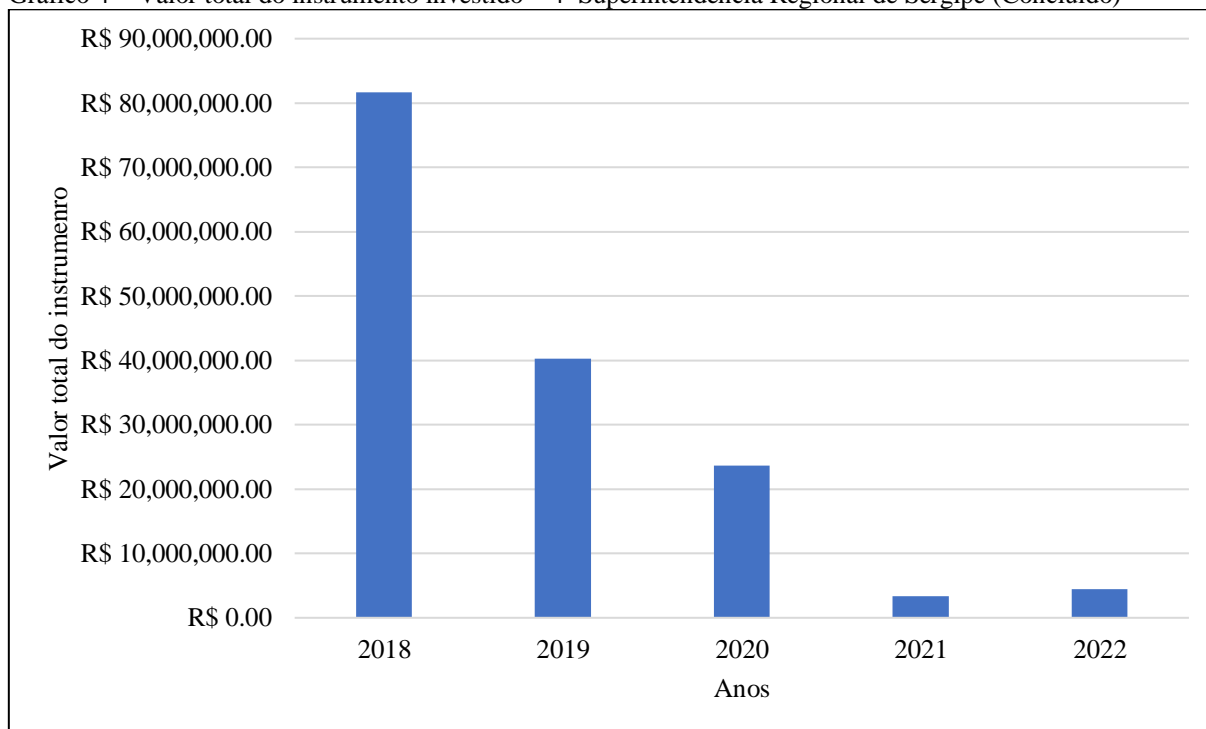
Sergipe – 4ª Superintendência Regional

A Codevasf atua em 75 municípios na 4ª Superintendência, com sede em no município de Aracaju, capital do Estado de Sergipe. A bacia hidrográfica do rio São Francisco, abrange os rios Vaza-Barris e Real, como as demais bacias de todo o Sergipe (Codevasf, 2022).

A empresa apresentou maior investimento em R\$ 81.634.774,56 em 2018, em 2019 apresentou R\$ 40.233628,43, em 2020 R\$ 23.635.910,11, em 2021 com o menor valor R\$3.376.815,46 e 2022 R\$ 4.399.438,26 em R\$153.280.566,82 (Codevasf, 2022).

O objeto de investimento está ligado ao: fornecimento de caminhões, execuções de obras de pavimentação de ruas com paralelepípedos, fornecimento de caminhões pipas, preservação de recuperação hidroambiental de nascentes, serviços de limpeza, reabilitação físicas, adequações operacionais dos canais de irrigação, além do fortalecimento do polo de artesanato, com realização de feirão de artesanato e produtos regionais.

Gráfico 4 – Valor total do instrumento investido – 4ª Superintendência Regional de Sergipe (Concluído)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

Tabela 4 – Valor total do instrumento investido – 4ª Superintendência Regional de Sergipe

Anos	Valor total do Instrumento
------	----------------------------

2018	R\$ 81.634.774,56
2019	R\$ 40.233.628,43
2020	R\$ 23.635.910,11
2021	R\$ 3.376.815,46
2022	R\$ 4.399.438,26
	R\$ 153.280.566,82

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

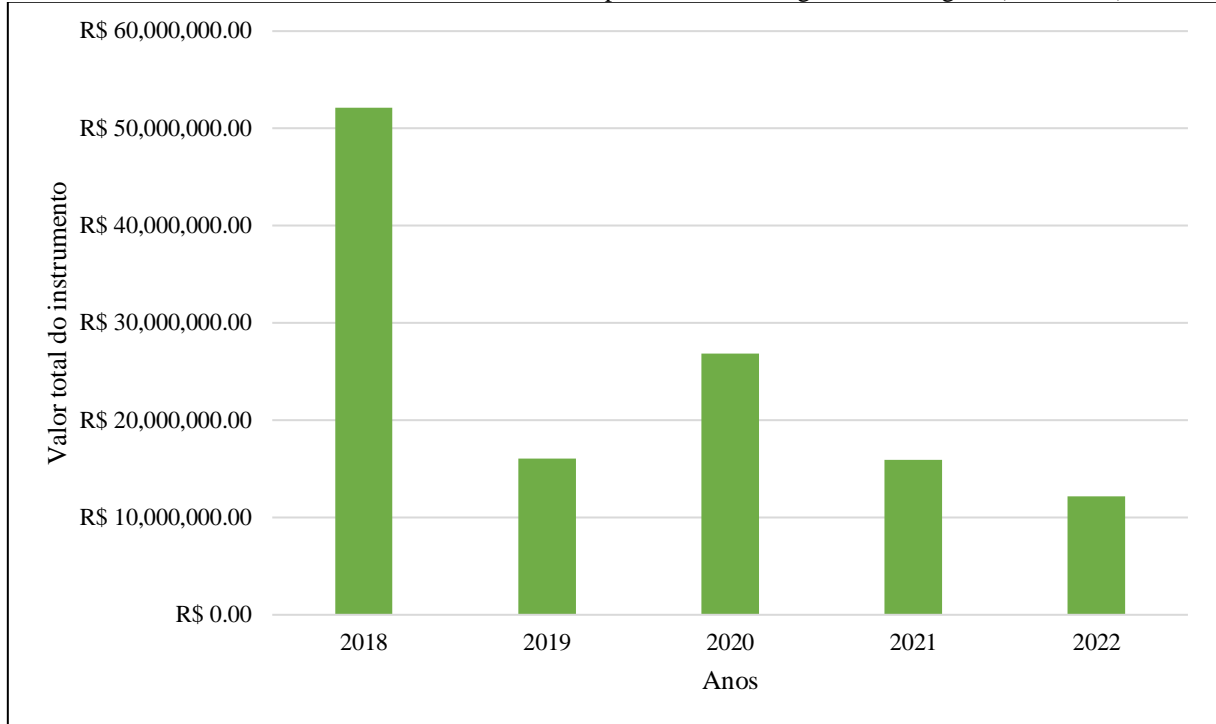
Alagoas – 5ª Superintendência Regional

A Codevasf atua em 102 municípios por meio da 5ª Superintendência, localizada no município de Penedo em Alagoas, perto à foz do rio São Francisco. Abrange a bacia hidrográfica do rio São Francisco, além dos rios Jequiá, Mundaú e Parnaíba, Jequiá foi a primeira de maneira integral contida no território do Estado de Alagoas, além disso, as bacias hidrográficas dos rios Mundaú e Parnaíba apresentam também nas áreas de Pernambuco (Codevasf, 2022)

O Estado em 2018 R\$ 52.141.590,53 com o maior, teve uma queda em 2019 R\$ 16.041.336,09, o valor obteve um pequeno crescimento em 2020 R\$ 26.828.001,18, em 2021 o valor diminuiu R\$ 15.954.370,10 e voltou a diminuir em 2022 R\$ 12.207.823,29 (Codevasf, 2022).

A destinação de investimentos nesse setor são voltados aos: serviços de sistema de esgotamento sanitários, construção de pavimentação asfáltica, implantação de sistemas adutores para abastecimento de água tratada em comunidades rurais, perfuração e instalação de poços, mas também foram investidos em capacitação de jovens em cursos de costura, piscicultura, informática, tratorista e fruticultura.

Gráfico 5 – Valor total do instrumento investido – 5ª Superintendência Regional de Alagoas (Concluído)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

Tabela 5 – Valor total do instrumento investido – 5ª Superintendência Regional de Alagoas

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 52.141.590,53
2019	R\$ 16.041.336,09
2020	R\$ 26.828.001,18
2021	R\$ 15.954.370,10
2022	R\$ 12.207.823,29
	R\$ 123.173.121,19

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Bahia – 6ª Superintendência Regional

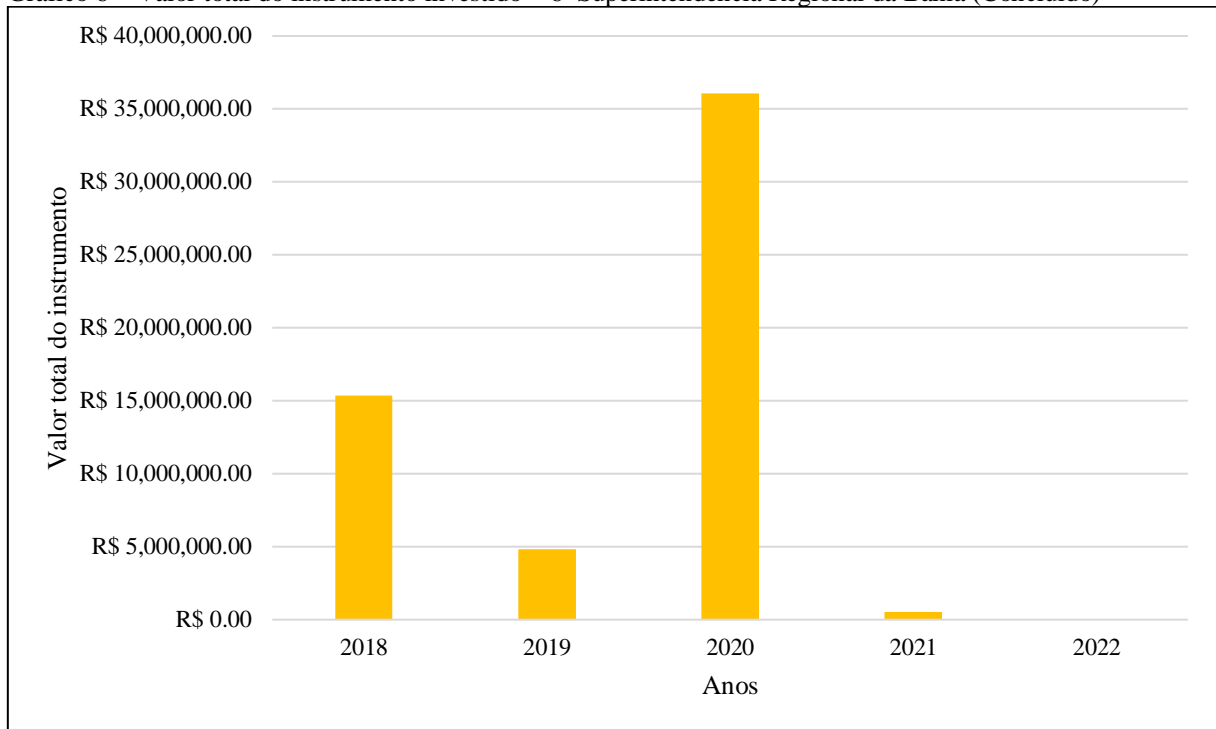
Sediada no município de Juazeiro na Bahia, a Codevasf tem atuação 205 municípios com a 6ª Superintendência. Abrangendo a bacia hidrográfica do rio São Francisco, contando com a bacia do rio Itapicuru, além desses rios Paraguaçu, Real e Vaza-Barris, como também bacias litorâneas da Bahia (Codevasf, 2022).

Em 2018 a superintendência em R\$15.353.884,91, em 2019 R\$ 4.818.486,98, 2020 com o melhor valor em investimento R\$ 36.051.732,11, em 2021 R\$ 514.766,90 e 2022 R\$ 8.600,00 com o menor valor (Codevasf, 2022).

Na Bahia os investimentos foram utilizados para: execução de obras e serviços de

engenharia do sistema de esgotamento sanitário, execução de obras de pavimentação de vias públicas em paralelepípedos, drenagem superficial nos municípios, elaboração de projeto executivo na construção em beneficiamento de pescado e poços tubulares em áreas de rochas cristalinas.

Gráfico 6 – Valor total do instrumento investido – 6ª Superintendência Regional da Bahia (Concluído)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

Tabela 6 – Valor total do instrumento investido – 6ª Superintendência Regional da Bahia

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 15.353.884,91
2019	R\$ 4.818.486,98
2020	R\$ 36.051.732,11
2021	R\$ 514.766,90
2022	R\$ 8.600,00
	R\$ 56.747.470,90

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Piauí – 7ª Superintendência Regional

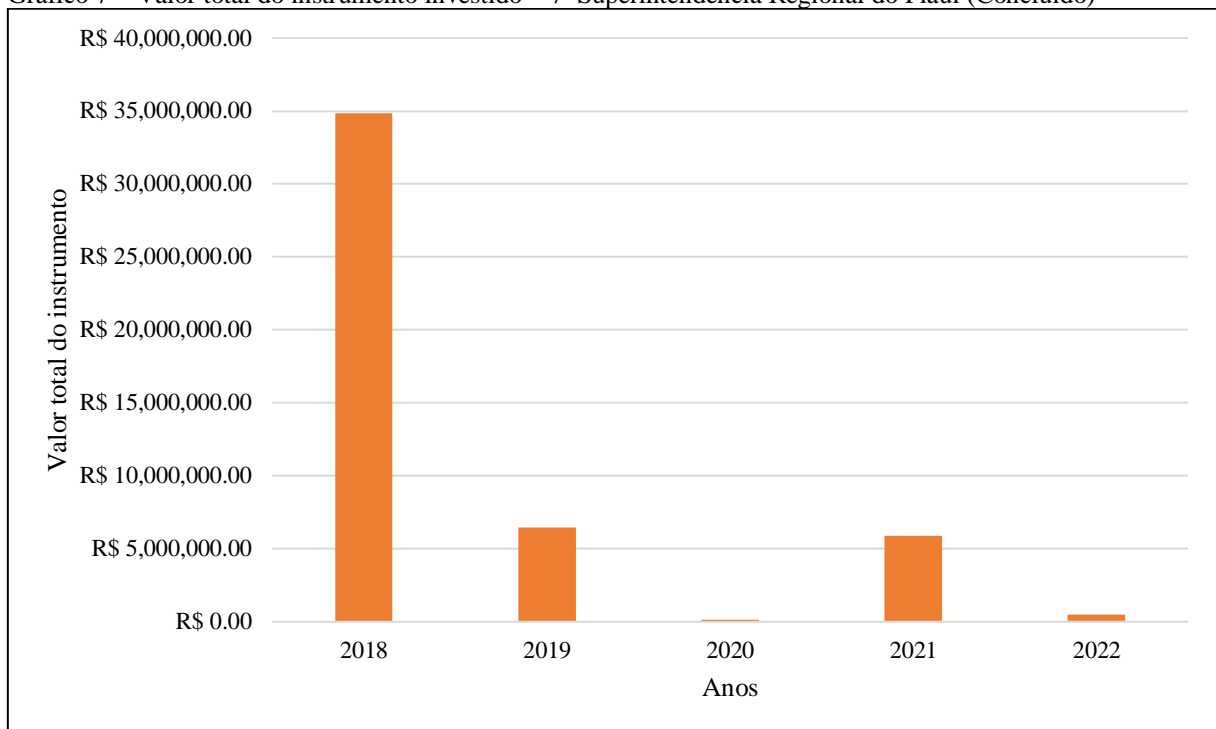
Com atuação em 224 municípios a Codevasf se encontra por meio da 7ª Superintendência, com sede no município em Teresina, na capital do Estado do Piauí. Abrangendo na bacia hidrográfica no rio Parnaíba com as outras bacias litorâneas no Estado do

Piauí (Codevasf, 2022).

O Estado em 2018 R\$ 34.827.910,30 foi o maior investimento, 2019 em R\$ 6.470.510,03, em 2020 com o menor investimento dentre os anos com R\$ 140.323,75, teve um aumento no 2021 R\$ 5.894.834,70 e 2022 R\$ 491.550,00.

No Piauí os investimentos foram voltado aos: serviços de execução da construção do sistema de galerias da construção para drenagem pluvial, pavimentação em paralelepípedos, perfuração, montagem e instalação de poços tubulares em áreas de rochas cristalinas, prestação de serviços de acesso à internet por fibra ótica e implantação de rede de distribuição de água, como também recuperação de mercado de produtores.

Gráfico 7 – Valor total do instrumento investido – 7ª Superintendência Regional do Piauí (Concluído)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

Tabela 7 – Valor total do instrumento investido – 7ª Superintendência Regional do Piauí (Concluído)

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 34.827.910,30
2019	R\$ 6.470.510,03
2020	R\$ 140.323,75
2021	R\$ 5.894.834,70
2022	R\$ 491.550,00
	R\$ 47.825.128,78

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

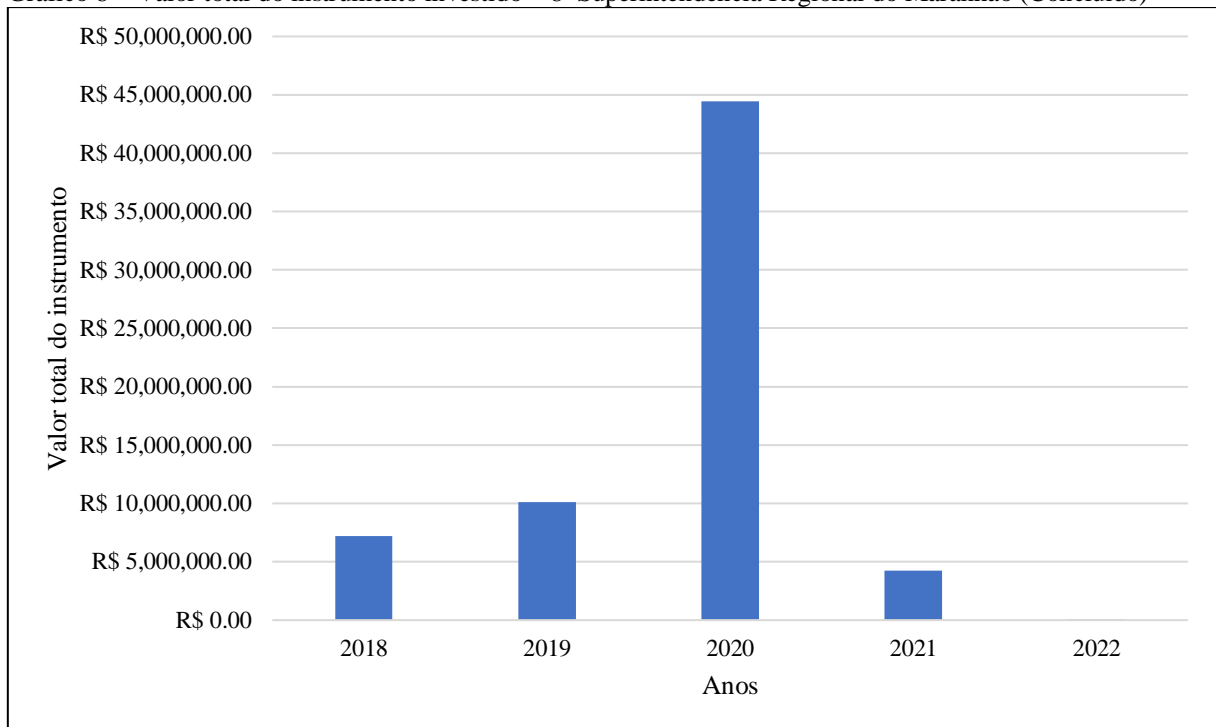
Maranhão – 8ª Superintendência Regional

A Codevasf tem com a 8ª Superintendência Regional atuação em 217 municípios, que tem sede no município de São Luís, capital de Maranhão e possui abrangência das bacias hidrográficas dos rios Mearim, Parnaíba, Pericumã, Tocantins, Turiaçu, além de diversas bacias hidrográficas do Maranhão (Codevasf, 2022).

Entre os valores investidos em 2018 R\$ 7.189.440,66, em 2019 R\$ 10.132.506,70, em 2020 foi o melhor valor entre os anos R\$ 44.441,966,17, em 2021 R\$ 4.251.411,59 e 2022 R\$ 20.030,32 foi o menor investimento.

O objeto de investimento do Maranhão foram destinados para: aquisição de instalação de dispositivos de armanezamento da seca, celebração de contrato visando prestação de serviço de publicação de publicidade legal em jornais de grande circulação local, elaboração de projetos de sistema simplificado de abastecimento de água em comunidades como nos municípios de Brejo, Chapadinha, Milagres do Maranhão, Paulo Ramos, Santa Luzia e São Bento, locação de galpão para estocagem de materiais, construção de pequena barragem no povoado de Pedra Grande, entre outros.

Gráfico 8 – Valor total do instrumento investido – 8ª Superintendência Regional do Maranhão (Concluído)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

Tabela 8 – Valor total do instrumento investido – 8ª Superintendência Regional do Maranhão

Anos	Valor total do Instrumento
------	----------------------------

2018	R\$ 7.189.440,66
2019	R\$ 10.132.506,70
2020	R\$ 44.441.966,17
2021	R\$ 4.251.411,59
2022	R\$ 20.030,32
	R\$ 66.035.355,44

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

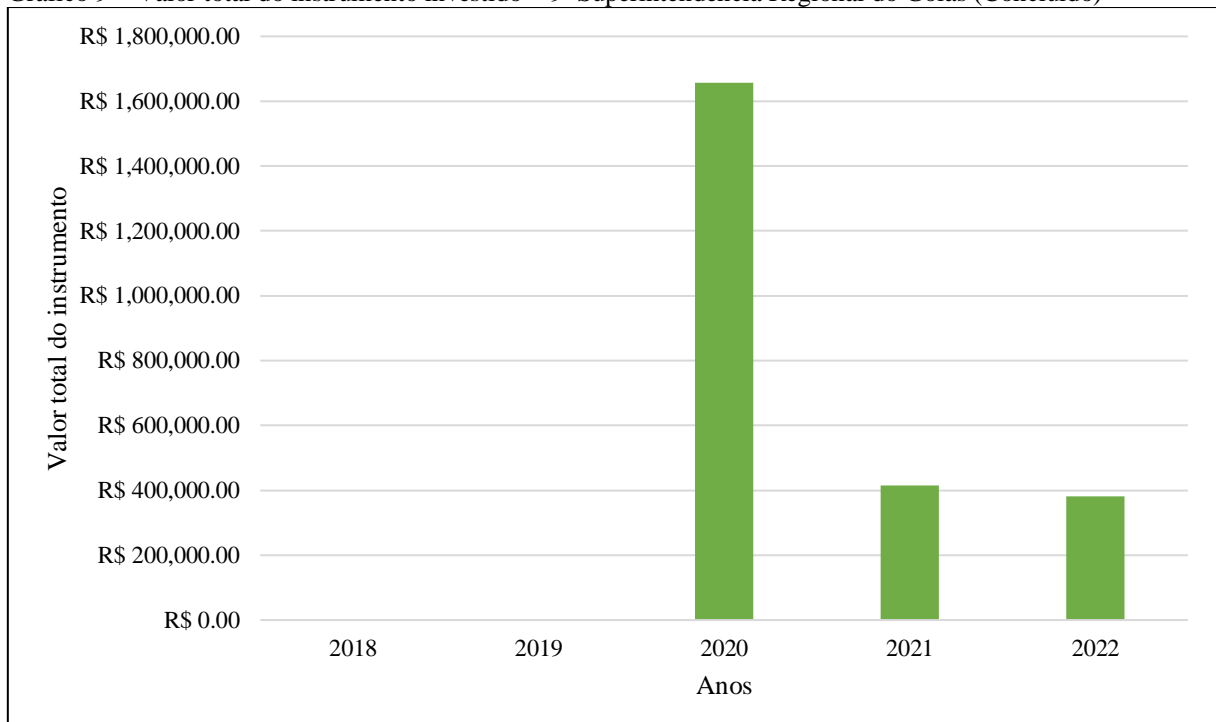
Goiás – 9ª Superintendência Regional

A 9ª Superintendência, que tem sede em Goiânia, que é capital de Goiás atua em 246 municípios e abrangente também as bacias hidrográficas dos rios Tocantins e São Francisco, além de diversas bacias hidrográficas do Estado de Goiás (Codevasf, 2022).

O Estado conta apenas com dados de alguns anos, por conta do seu surgimento em 2020, sendo seu maior valor total do instrumento R\$ 1.657.006,81, em 2021 R\$ 415.444,74 e 2022 as obras concluídas foram no valor de R\$ 381.997,37.

Os investimentos em Goiás foram destinados para: serviços de pavimentação em bloco de vias urbanas e rurais, pavimentação asfáltica de vias em diversos municípios, construções de pontes, além disso, licitação para execução dos serviços de cercamento de bacias hidrográficas.

Gráfico 9 – Valor total do instrumento investido – 9ª Superintendência Regional do Goiás (Concluído)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

Tabela 9 – Valor total do instrumento investido – 9ª Superintendência Regional do Goiás

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 0,00
2019	R\$ 0,00
2020	R\$ 1.657.006,81
2021	R\$ 415.444,74
2022	R\$ 381.997,37
	R\$ 2.454.448,92

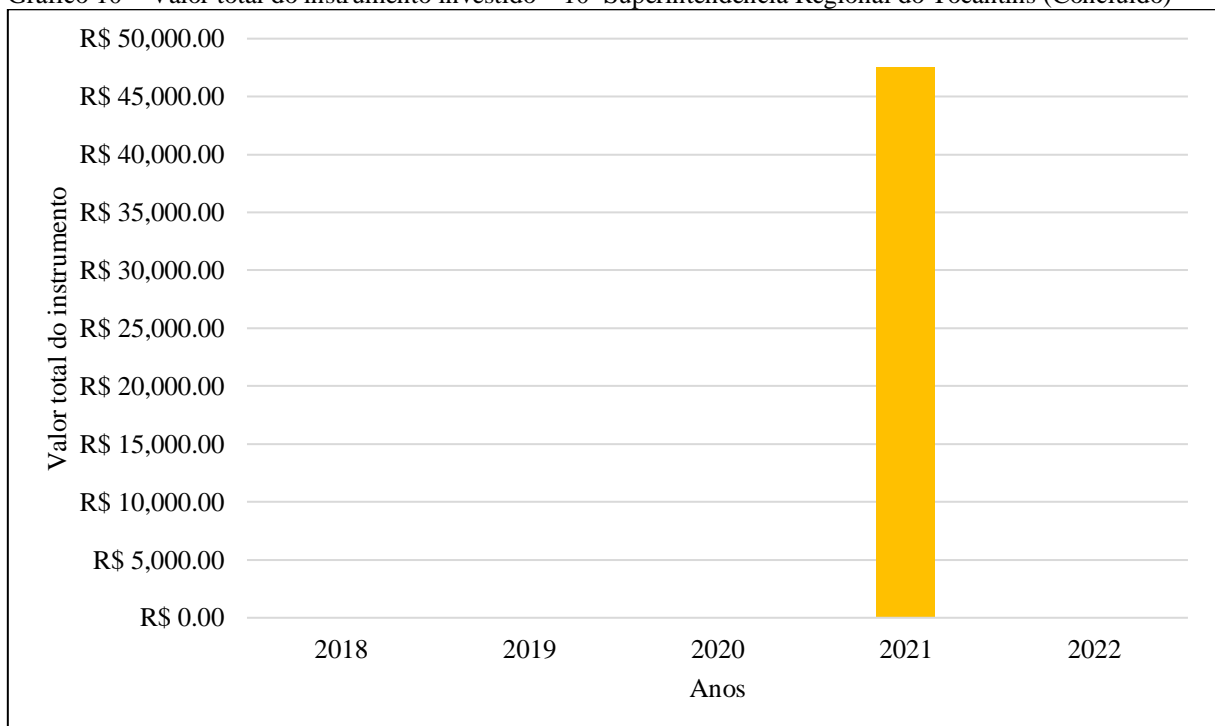
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Tocantins – 10ª Superintendência Regional

A atuação da Codevasf em Tocantins é por volta de 139 municípios com a 10ª Superintendência, com sede em Palmas. A superintendência está localizada na bacia hidrográfica do rio Tocantins. O Estado conta com um contrato realizado em 2021 com o valor de R\$47.488,00 (Codevasf, 2022).

Neste período foi realizada a contratação da empresa para elaboração da Matriz de Risco para a SRP de Pavimentação, desse modo foi o investimento realizado no estado para a melhoria de Tocantins.

Gráfico 10 – Valor total do instrumento investido – 10ª Superintendência Regional do Tocantins (Concluído)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

Tabela 10 – Valor total do instrumento investido – 10ª Superintendência Regional de Tocantins

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 0,00
2019	R\$ 0,00
2020	R\$ 0,00
2021	R\$ 47.488,00
2022	R\$ 0,00
R\$ 47.488,00	

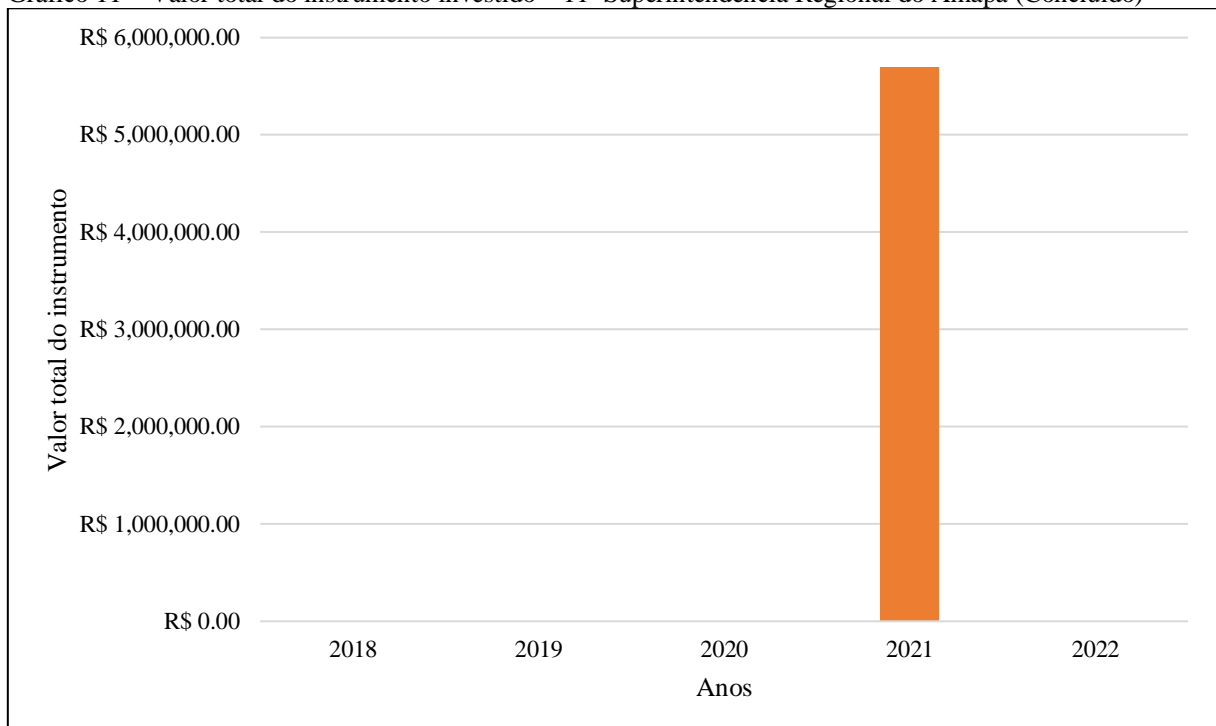
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Amapá – 11ª Superintendência Regional

A empresa tem atuação em 16 municípios por meio da 11ª superintendência, com sede no município de Macapá, no Estado de Amapá. Ela abrange além da bacia hidrográfica do rio Araguari outras áreas das demais bacias com localização no Estado. O único valor total do instrumento foi no ano de 2021 com o valor de R\$ 5.700.000,00.

Foi realizado o investimento no serviço de apoio técnico, em fiscalização e supervisão, buscando a implementação de acompanhamento de ações de desenvolvimento regional na área de atuação da Codevasf.

Gráfico 11 – Valor total do instrumento investido – 11ª Superintendência Regional do Amapá (Concluído)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

Tabela 11 – Valor total do instrumento investido – 11ª Superintendência Regional de Amapá
(Concluído)

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 0,00
2019	R\$ 0,00
2020	R\$ 0,00
2021	R\$ 5.700.000,00
2022	R\$ 0,00
R\$ 5.700.000,00	

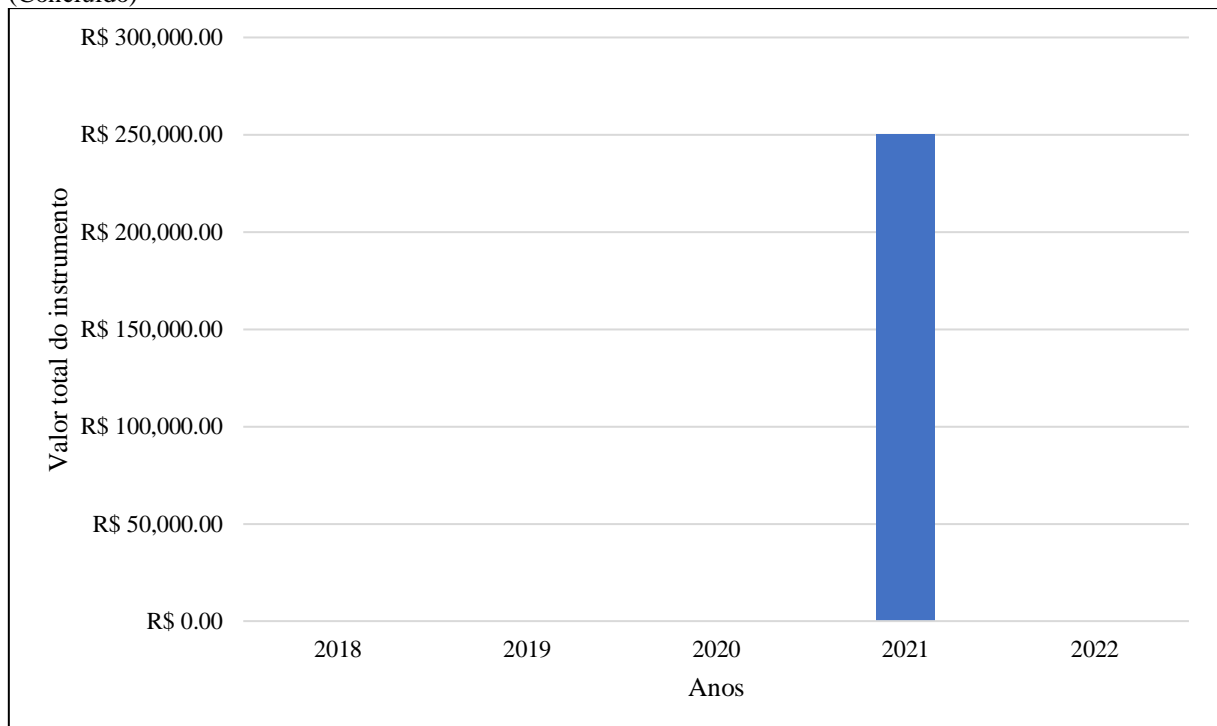
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Rio Grande do Norte – 12ª Superintendência Regional

A empresa atua em 167 municípios por meio da 12ª superintendência, com sede no município de Natal, com capital do Rio Grande do Norte. Ela acaba abrangendo as bacias hidrográficas com localidade no Rio Grande do Norte. O Estado contou com o investimento em 2021 com o valor R\$ 25.000,00.

No Rio Grande do Norte o investimento está ligado a contratação dos serviços que foram destinados ao apoio técnico visando à realização de vistorias técnicas para fiscalização dos serviços no estado.

Gráfico 12 – Valor total do instrumento investido – 12ª Superintendência Regional do Rio Grande do Norte
(Concluído)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

Tabela 12 – Valor total do instrumento investido – 11ª Superintendência Regional de Rio Grande do Norte

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 0,00
2019	R\$ 0,00
2020	R\$ 0,00
2021	R\$ 250.000,00
2022	R\$ 0,00
R\$ 250.000,00	

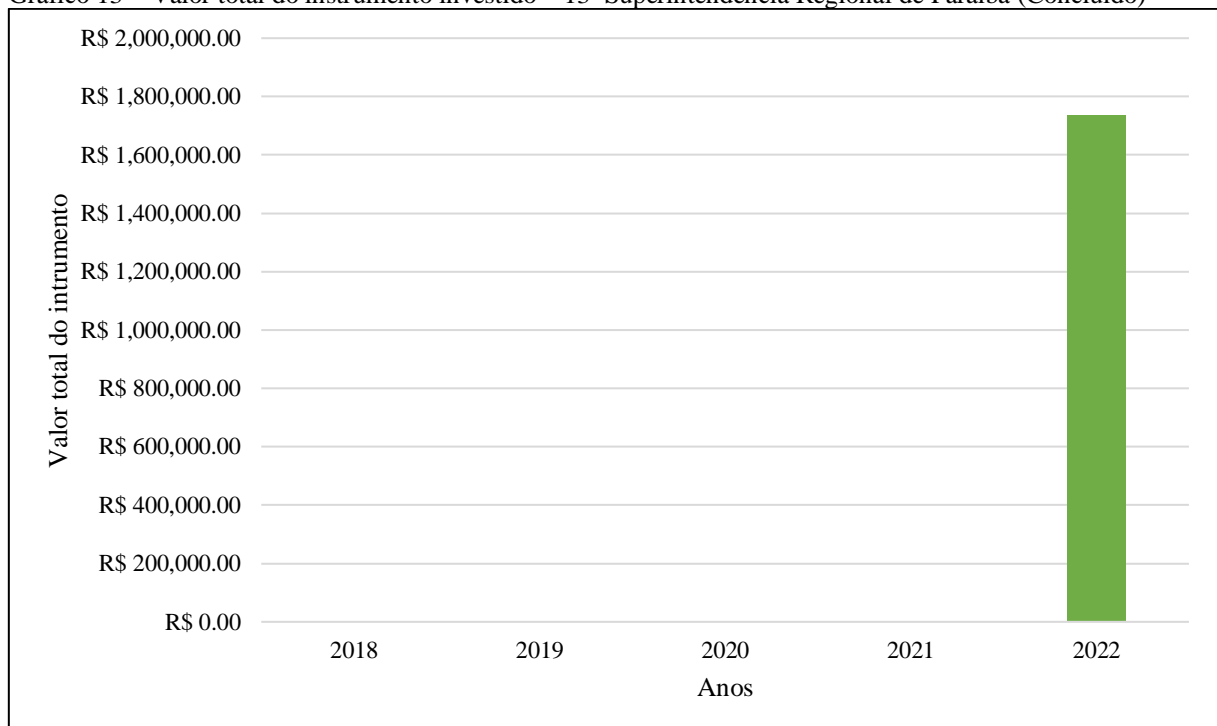
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Paraíba – 13ª Superintendência Regional

A 13ª superintendência, que tem sede em João Pessoa, que é capital de Paraíba, é responsável pela atuação em 223 municípios. A superintendência tem abrangência na área das bacias hidrográficas localizadas ao Estado. O funcionamento da superintendência está esperando à aprovação da criação de cargos pela SEST. Quem cuidou do contrato gerado pela superintendência foi a Sede em 2022 o valor resultado foi de R\$ 1.734.403,56 (Codevasf, 2022).

Foi realizada a contratação de empresa para execução dos serviços especializados de apoio técnicos à fiscalização e supervisão técnica, visando a implantação das obras civis de infraestrutura de Paraíba.

Gráfico 13 – Valor total do instrumento investido – 13ª Superintendência Regional de Paraíba (Concluído)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

Tabela 13 – Valor total do instrumento investido – 13ª Superintendência Regional de Paraíba

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 0,00
2019	R\$ 0,00
2020	R\$ 0,00
2021	R\$ 0,00
2022	R\$ 1.734.403,56
	R\$ 1.734.403,56

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

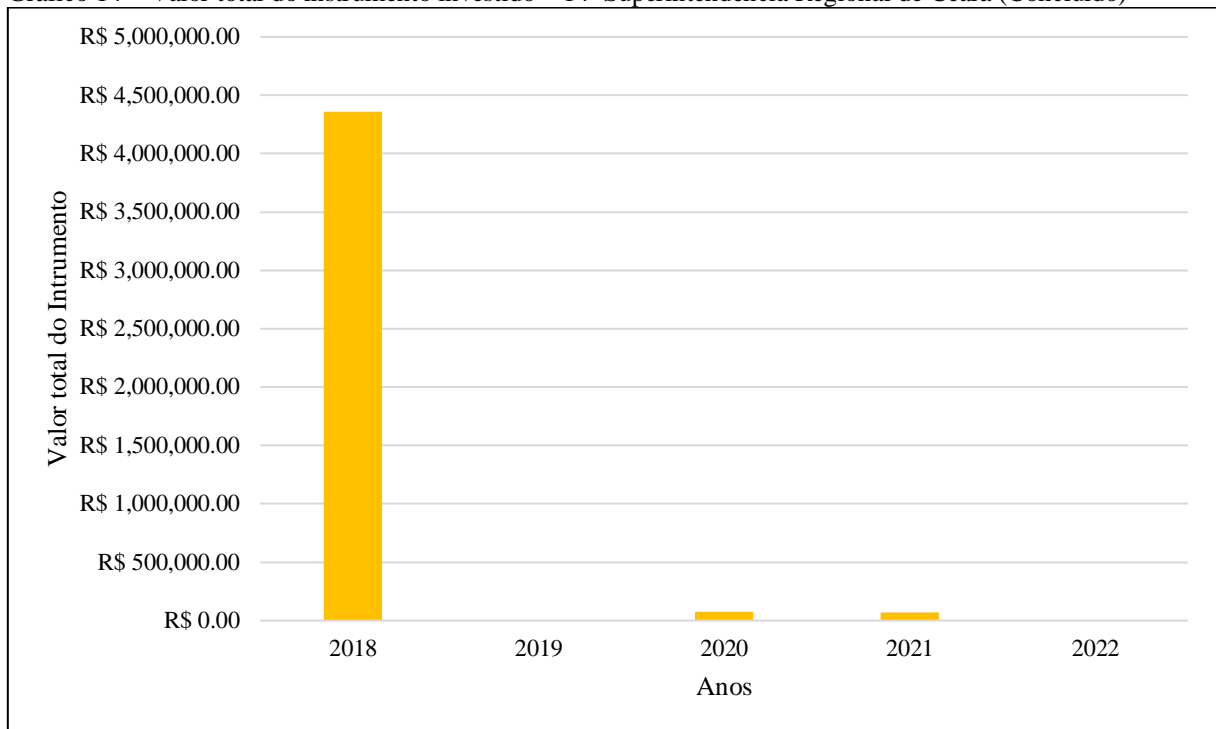
Ceará – 14ª Superintendência Regional

A empresa atua em 184 municípios por meio da 14ª superintendência, que tem sede no município de Fortaleza, com capital no Ceará. A superintendência tem abrangência nas bacias com localidade no Ceará. A empresa também está aguardando o condicionamento de aprovação da criação de cargos pelo SEST para o funcionamento da superintendência (Codevasf, 2022).

O valor total do instrumento no Estado em 2018 foi R\$ 4.357.116,48 foi o maior investimento dentre os anos, em 2019 foi R\$ 0,00, em 2020 R\$ 75.000,00, mas também em R\$ 67.962,09 e além disso em 2022 também obteve R\$ 0,00 em instrumentos concluídos.

Os investimentos direcionados a esse Estado estão voltados para: acesso a internet, serviços de limpeza e conservação das dependências do escritório da Codevasf, aluguel de galpão e prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada da infraestrutura, obras civis, instalações dos canteiros de obras e equipamentos do Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF).

Gráfico 14 – Valor total do instrumento investido – 14ª Superintendência Regional de Ceará (Concluído)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

Tabela 14 – Valor total do instrumento investido – 14ª Superintendência Regional de Ceará

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 4.357.116,48
2019	R\$ 0,00
2020	R\$ 75.000,00
2021	R\$ 67.962,09
2022	R\$ 0,00
	R\$ 4.500.078,57

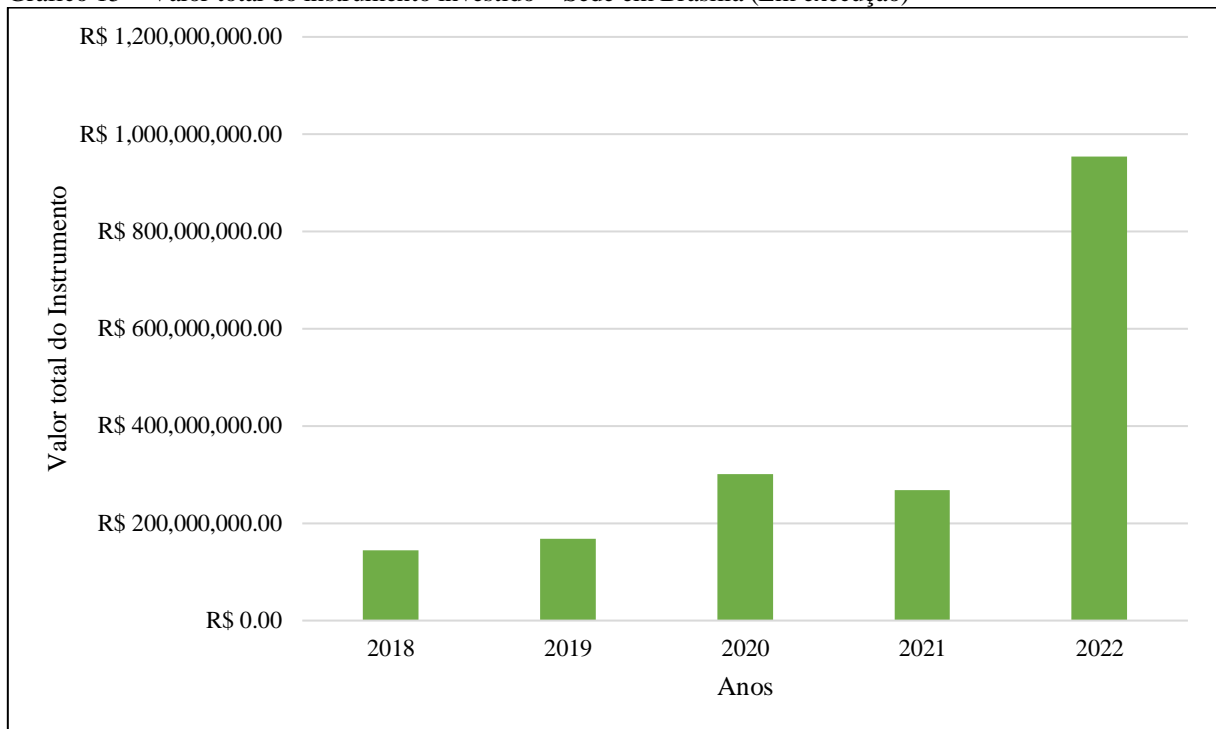
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

4.2 Análise e discussão

Observando os investimentos concluídos onde se teve o maior número de investimento foi em Minas Gerais na 1ª Superintendência Regional, além disso por contar com 349 municípios, sendo o maior número de municípios em vista aos outros Estados. Os Estados que tiveram menos investiram foram os últimos que foram criados e que a Sede tem responsabilidade, como as 13ª e 14ª Superintendências de Parnaíba e do Ceará.

Verificando os dados dos investimentos em execução, a Sede em Brasília ficou responsável por alguns investimentos de superintendências novas e o maior entre eles é em 2022 que conta com R\$ 954.471.324,05 e o menor em 2018 com R\$ 144.153.514,96.

Gráfico 15 – Valor total do instrumento investido – Sede em Brasília (Em execução)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

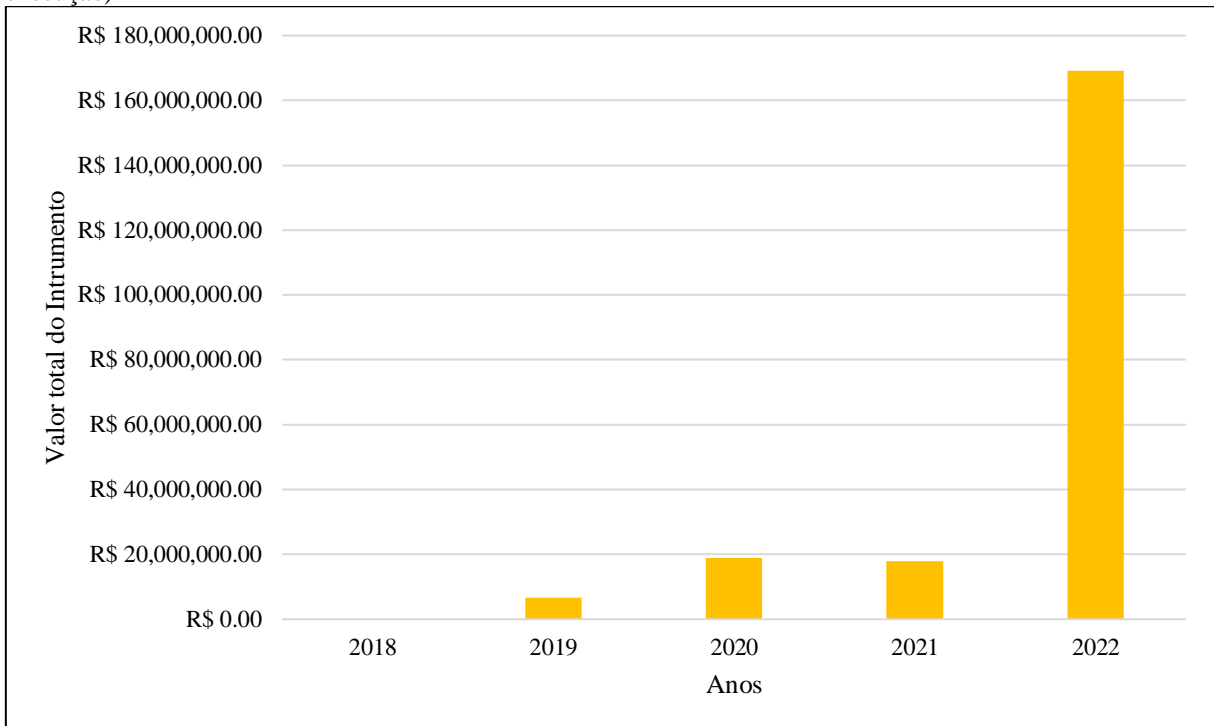
Tabela 15 – Valor total do instrumento investido – Sede em Brasília (Em execução)

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 144.153.514,96
2019	R\$ 168.663.897,43
2020	R\$ 300.628.559,47
2021	R\$ 267.864.790,64
2022	R\$ 954.471.324,05
	R\$ 1.835.782.086,55

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em Minas Gerais o maior valor em instrumentos em execução é em 2022 com o valor de R\$ 169.131.791,17, além disso em 2018 com o valor R\$ 0,00 significando que todos os seus projetos foram concluídos nesse período. Em 2019 conta com o valor de R\$ 6.639.439,89 e em 2020 e 2021 com valores semelhantes sendo R\$ 18.982.377,59 e 17.893.225,09 respectivamente.

Gráfico 16 – Valor total do instrumento investido – 1ª Superintendência Regional de Minas Gerais (Em execução)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

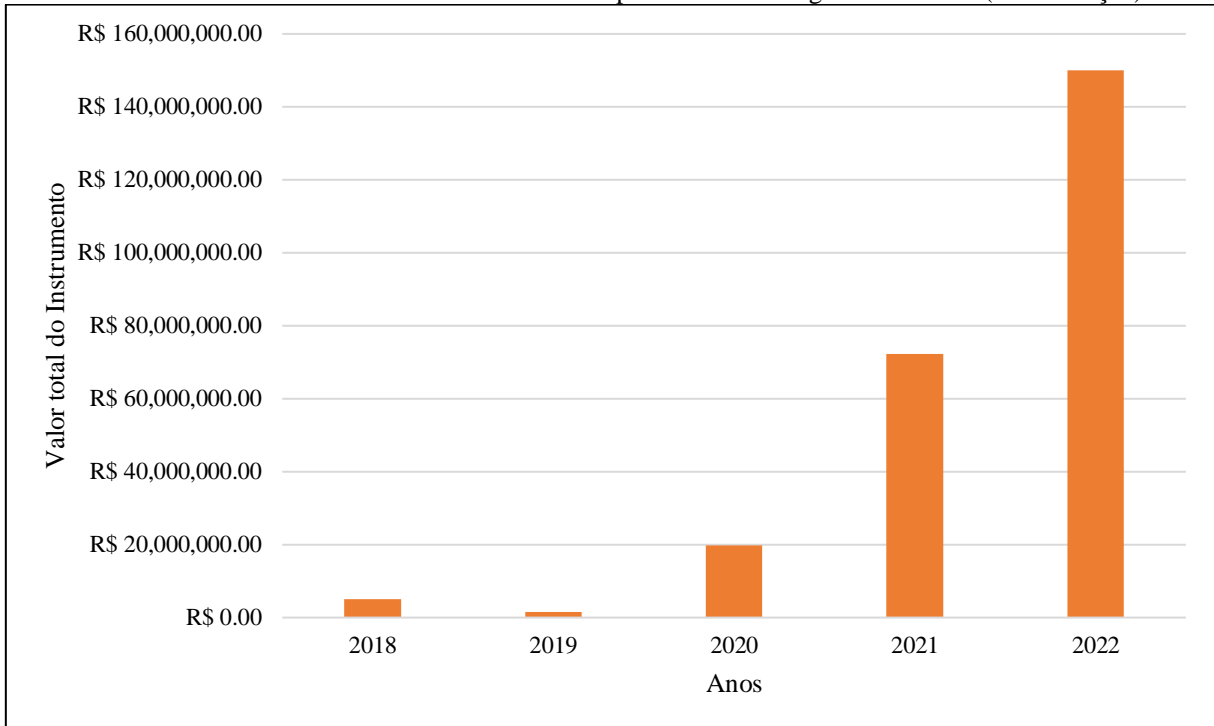
Tabela 16 – Valor total do instrumento investido – 1ª Superintendência Regional de Minas Gerais (Em execução)

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 0,00
2019	R\$ 6.639.439,89
2020	R\$ 18.982.377,59
2021	R\$ 17.893.225,09
2022	R\$ 169.131.791,17
	R\$ 212.646.833,74

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Na Bahia o maior valor investido que ainda está em execução em 2022 é R\$ 150.000.168,42, o menor foi em 2019 R\$ 1.571.321,21, em 2018 R\$ 4.994.922,84, sendo 2020 R\$ 19.768.748,99 e em 2021 com o segundo maior valor R\$ 72.318.541,94.

Gráfico 17 – Valor total do instrumento investido – 2ª Superintendência Regional da Bahia (Em execução)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

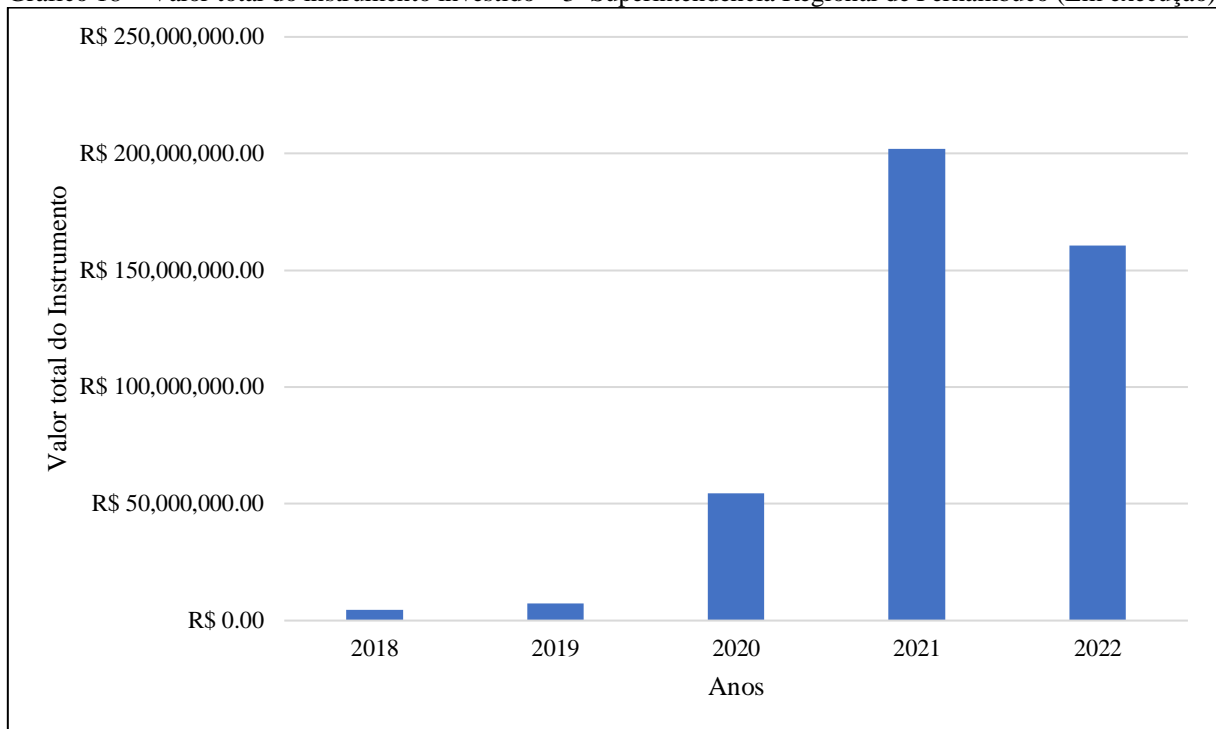
Tabela 17 – Valor total do instrumento investido – 2ª Superintendência Regional do Bahia (Em execução)

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 4.994.922,84
2019	R\$ 1.571.321,21
2020	R\$ 19.768.748,99
2021	R\$ 72.318.541,94
2022	R\$ 150.000.168,42
	R\$ 248.653.703,40

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em Pernambuco o maior valor investido foi em 2021 sendo R\$ 202.118.682,90, o segundo maior R\$ 160.665.680,98 em 2022, o terceiro em 2020 R\$ 54.629.178,84, os menores valores são respectivamente em 2019 e 2018 R\$ 7.306.070,46 e R\$ 4.670.113,33.

Gráfico 18 – Valor total do instrumento investido – 3ª Superintendência Regional de Pernambuco (Em execução)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

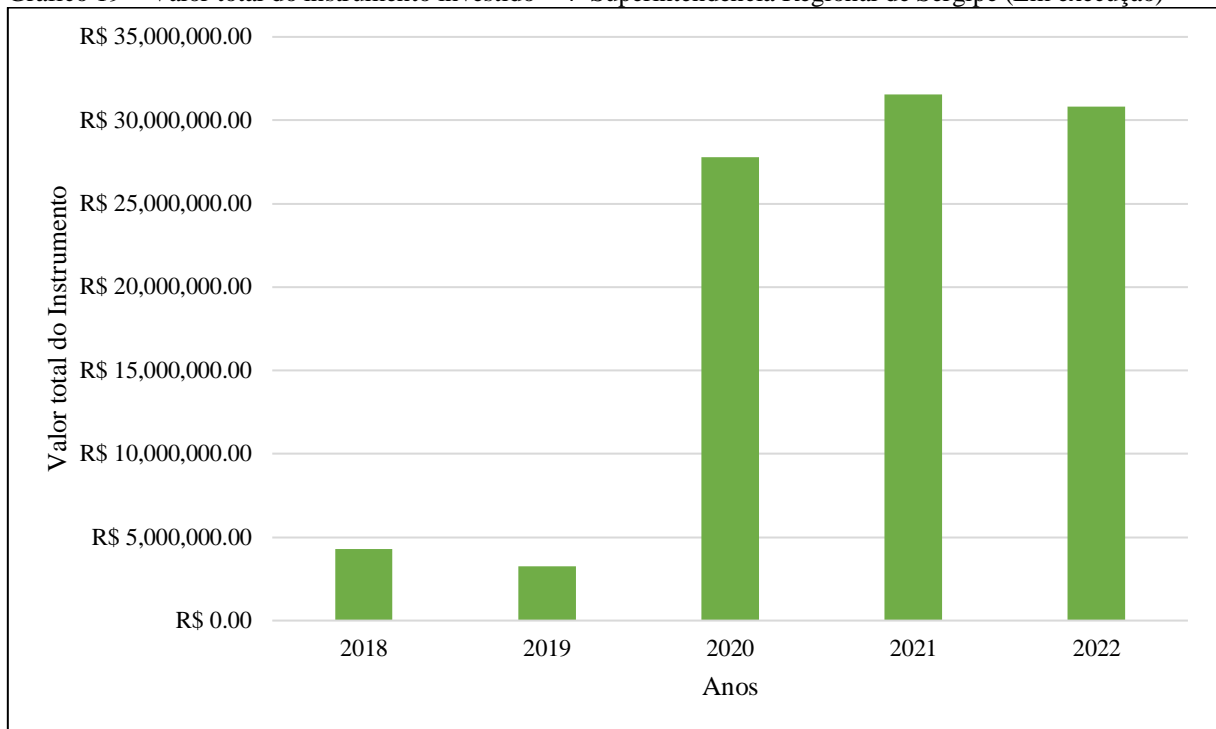
Tabela 18 – Valor total do instrumento investido – 3ª Superintendência Regional do Pernambuco (Em execução)

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 4.670.113,33
2019	R\$ 7.306.070,46
2020	R\$ 54.629.178,84
2021	R\$ 202.118.682,90
2022	R\$ 160.665.680,98
	R\$ 248.653.703,40

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em Sergipe os valores em execução são similares em 2020, 2021 e 2022 sendo R\$ 27.803.062,41, R\$ 31.566.112,18 e R\$ 30.832.717,43, os valores menores em 2018 R\$ 4.304.919,97 em 2019 R\$ 3.244.611,28.

Gráfico 19 – Valor total do instrumento investido – 4ª Superintendência Regional de Sergipe (Em execução)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

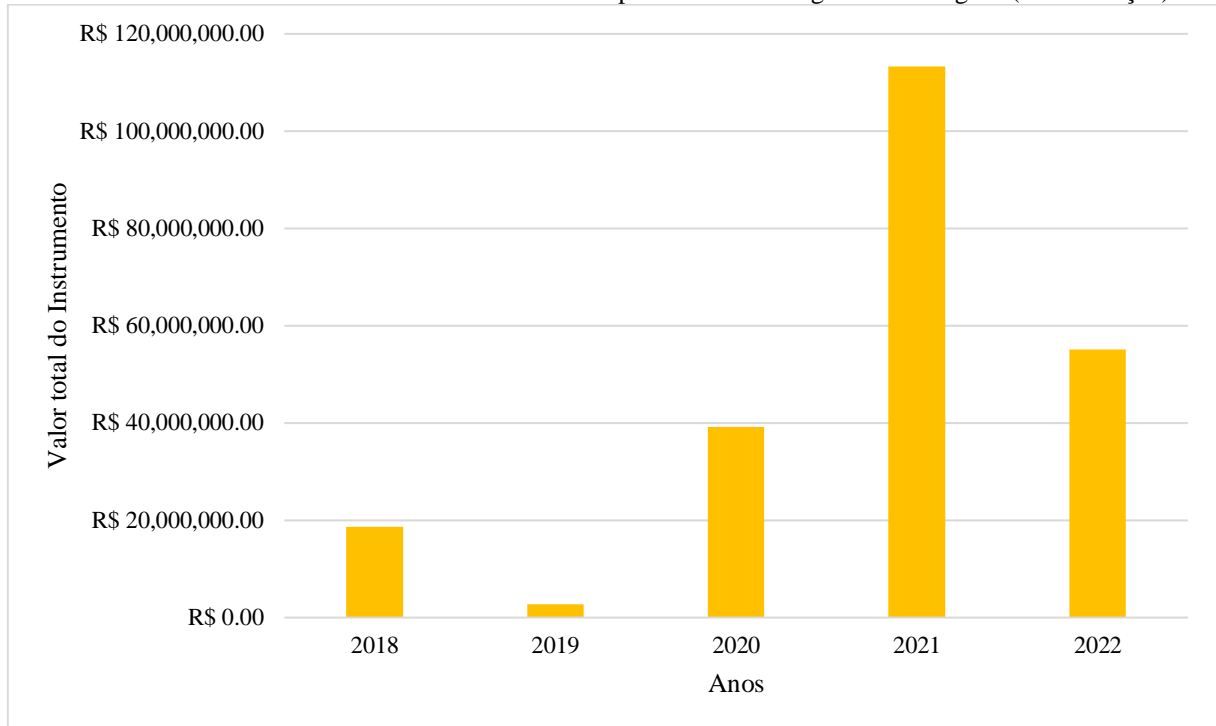
Tabela 19 – Valor total do instrumento investido – 4ª Superintendência Regional de Sergipe (Em execução)

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 4.304.919,97
2019	R\$ 3.244.611,28
2020	R\$ 27.803.062,41
2021	R\$ 31.566.112,18
2022	R\$ 30.832.717,43
	R\$ 97.751.423,27

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em Alagoas em 2021 R\$ 113.321.027,76 o valor maior, o menor foi em 2019 R\$ 2.724.624,52, representando valores bem distantes em relação a execução dos investimentos, em 2018 ficou com o valor de R\$ 18.609.814,50, em 2020 R\$ 39.235.412,27 e 2022 R\$ 55.169.441,32.

Gráfico 20 – Valor total do instrumento investido – 5ª Superintendência Regional de Alagoas (Em execução)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

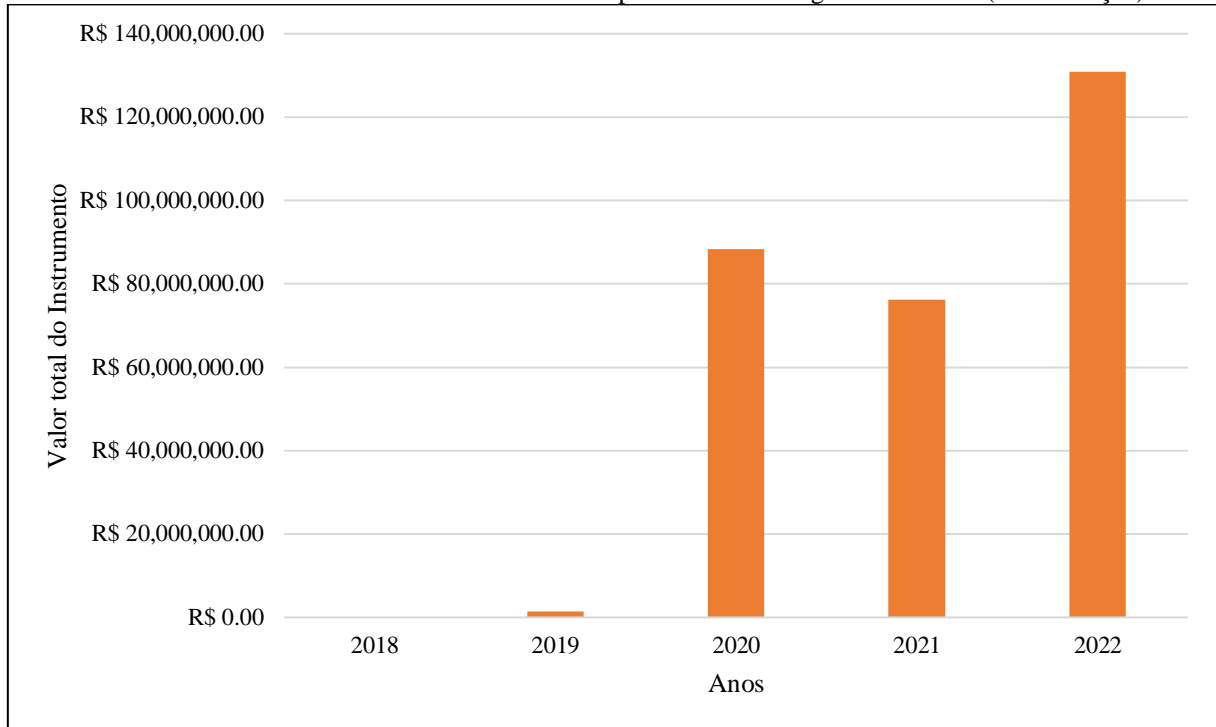
Tabela 20 – Valor total do instrumento investido – 5ª Superintendência Regional de Alagoas (Em execução)

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 18.609.814,40
2019	R\$ 2.724.624,52
2020	R\$ 39.235.412,27
2021	R\$ 113.321.027,76
2022	R\$ 55.169.441,32
	R\$ 229.060.320,27

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Na Bahia em 2018 o saldo ficou R\$ 0,00 foi o menor valor significando que nesse ano os projetos foram todos concluídos, em 2019 foi R\$ 1.370.250,31, em 2022 teve maior valor com R\$ 130.839.324,46.

Gráfico 21 – Valor total do instrumento investido – 6ª Superintendência Regional da Bahia (Em execução)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

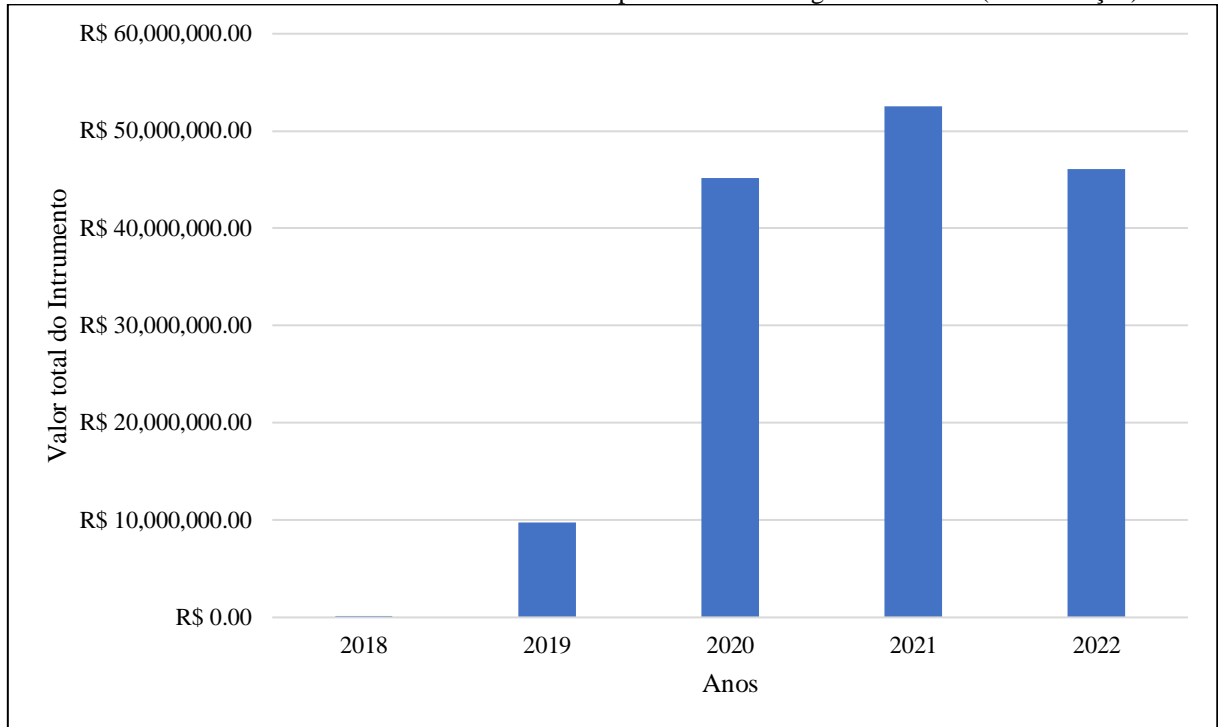
Tabela 21 – Valor total do instrumento investido – 6ª Superintendência Regional da Bahia (Em execução)

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 0,00
2019	R\$ 1.370.250,31
2020	R\$ 88.300.464,13
2021	R\$ 76.268.077,04
2022	R\$ 130.839.324,46
	R\$ 296.778.115,94

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No Piauí em 2018 se obteve o menor valor, em segundo 2019 com R\$ 9.728.111,05, nos anos de 2020, 2021 e 2022 respectivamente os valores foram similares em 2020 com R\$ 45.164.012,07, R\$ 52.557.374,72 e R\$ 46.117.602,26, sendo em 2021 o com maior valor de investimentos em execução.

Gráfico 22 – Valor total do instrumento investido – 7ª Superintendência Regional do Piauí (Em execução)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

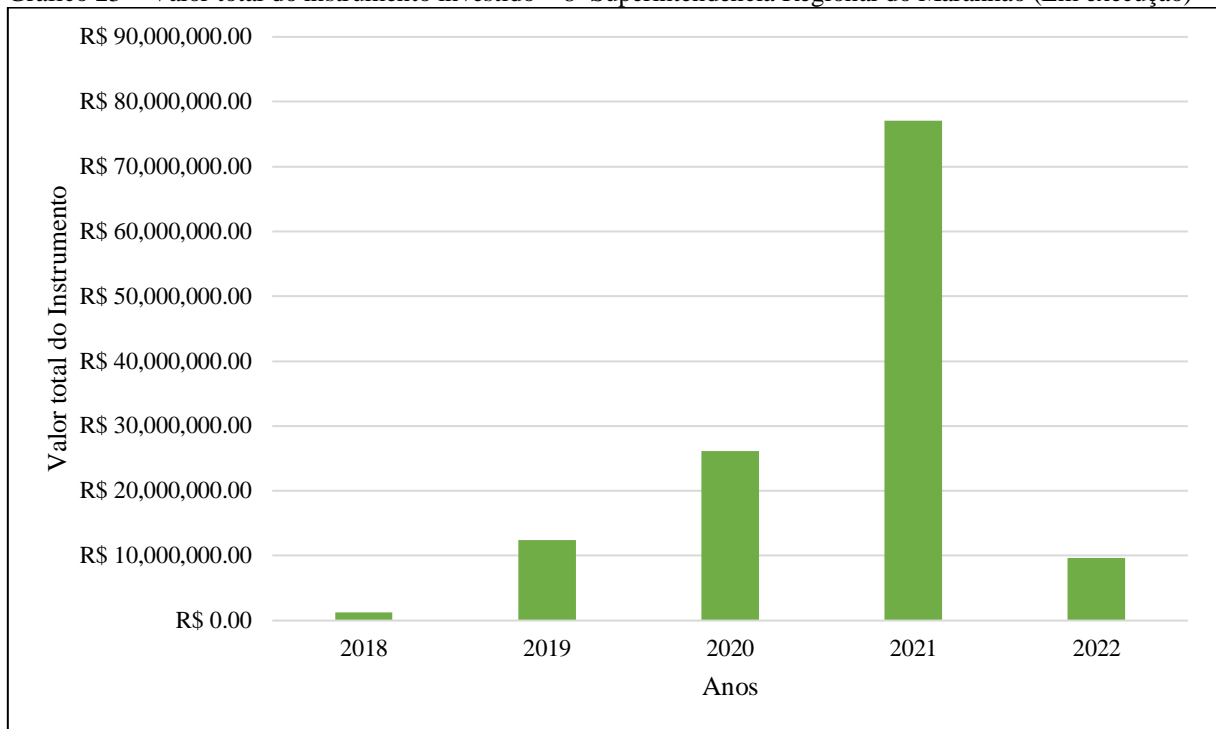
Tabela 22 – Valor total do instrumento investido – 7ª Superintendência Regional do Piauí (Em execução)

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 175.000,00
2019	R\$ 9.728.111,05
2020	R\$ 45.164.012,07
2021	R\$ 52.557.374,72
2022	R\$ 46.117.602,26
R\$ 153.742.100,10	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No Maranhão o maior valor em execução foi 2021 com o valor de R\$ 77.105.905,27, o menor dentre eles foi em 2018 com R\$ 1.211.523,36, mas o segundo menor foi em 2022 R\$ 9.661.178,06 em execução.

Gráfico 23 – Valor total do instrumento investido – 8ª Superintendência Regional do Maranhão (Em execução)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

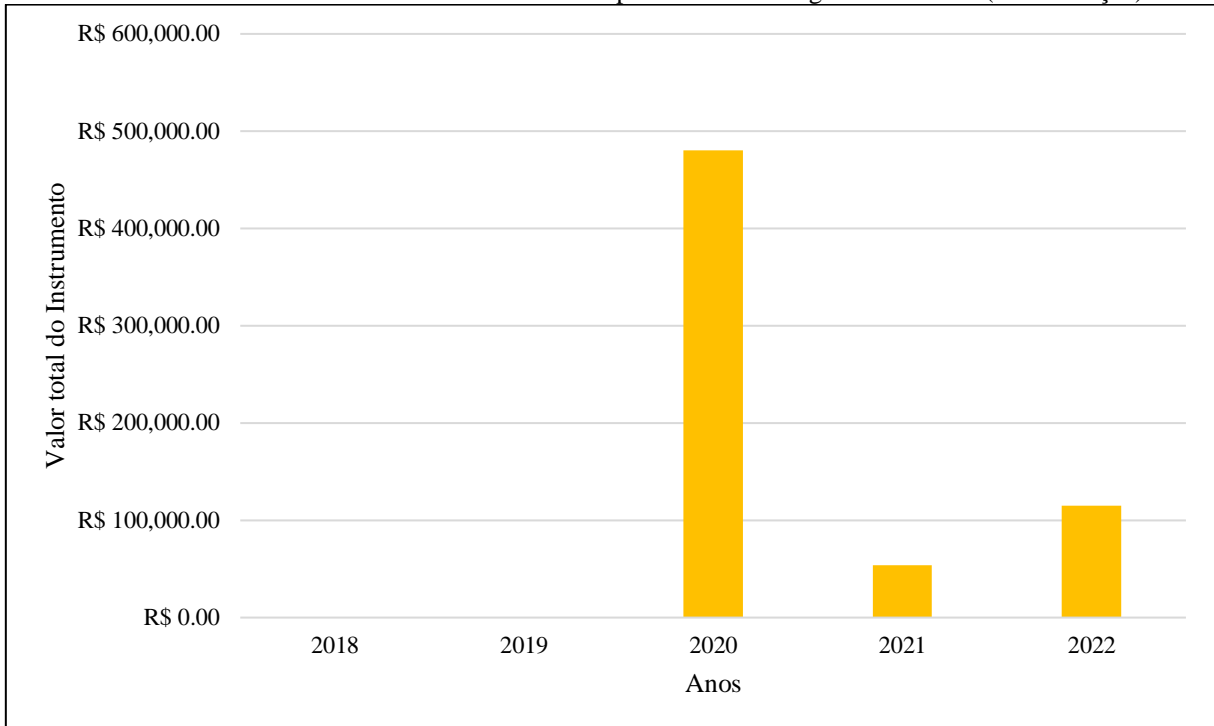
Tabela 23 – Valor total do instrumento investido – 8ª Superintendência Regional do Maranhão (Em execução)

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 1.211.523,36
2019	R\$ 12.365.246,98
2020	R\$ 26.135.042,49
2021	R\$ 77.105.905,27
2022	R\$ 9.661.178,06
	R\$ 126.478.896,16

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A Superintendência do Goiás tem apenas os valores de 2020, 2021 e 2022 com os valores respectivos R\$ 480.000,00, R\$ 58.720,03 e R\$ 115.117,13, com o maior em 2020 e o menor em execução em 2021.

Gráfico 24 – Valor total do instrumento investido – 9ª Superintendência Regional do Goiás (Em execução)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

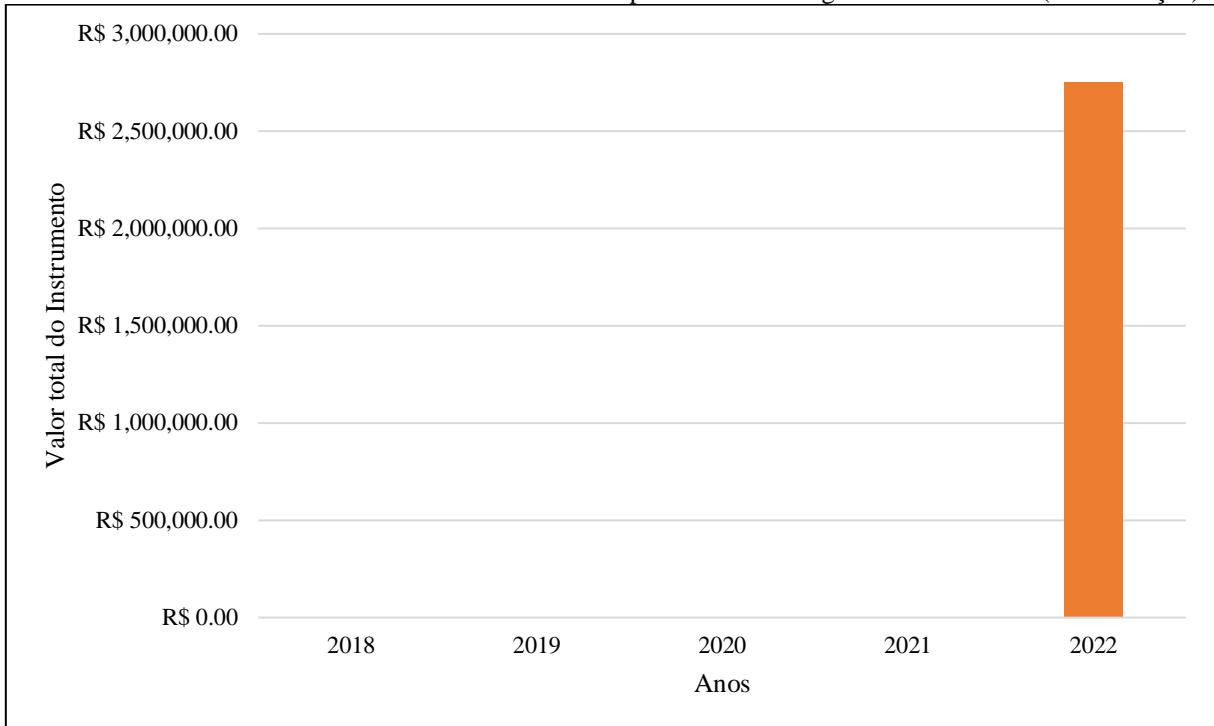
Tabela 24 – Valor total do instrumento investido – 9ª Superintendência Regional do Goiás (Em execução)

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 0,00
2019	R\$ 0,00
2020	R\$ 480.000,00
2021	R\$ 53.720,03
2022	R\$ 115.117,13
	R\$ 648.837,16

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em Tocantins o único valor em execução foi no ano de 2022 com o valor de R\$ 2.751.277,17, por ser uma Superintendência nova, conta com apenas esse instrumento de investimento.

Gráfico 25 – Valor total do instrumento investido – 10ª Superintendência Regional do Tocantins (Em execução)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

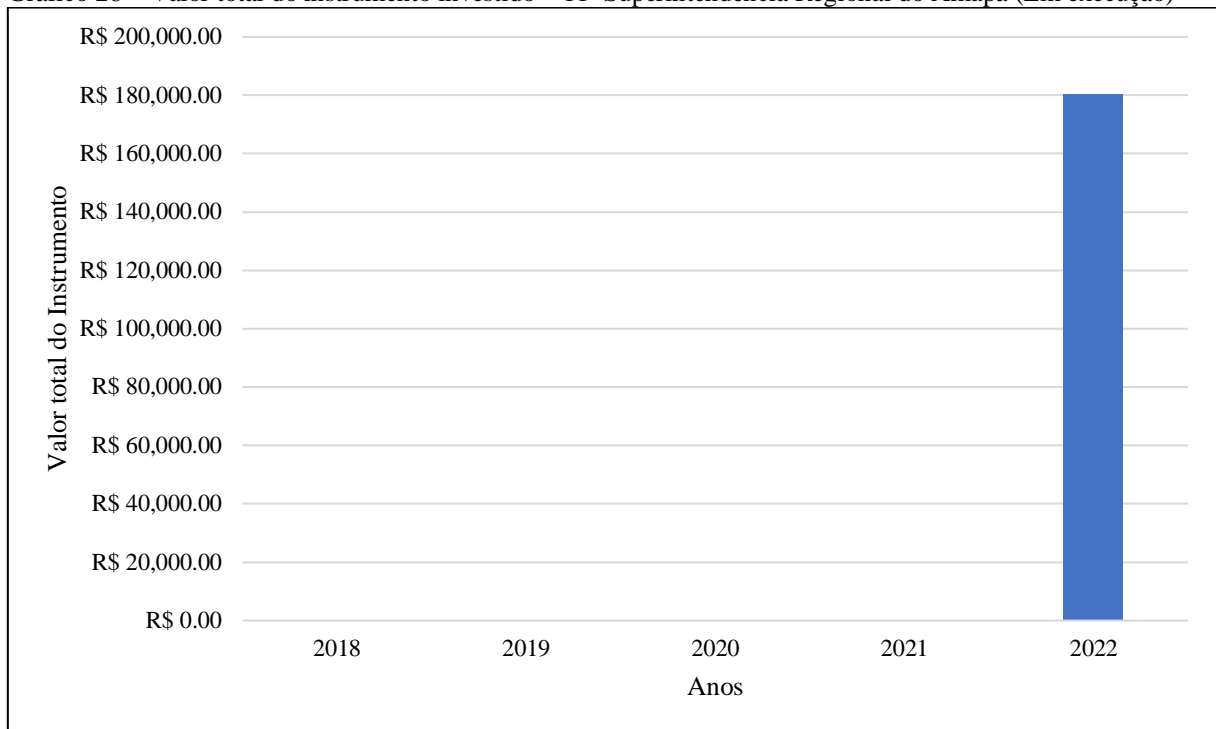
Tabela 25 – Valor total do instrumento investido – 10ª Superintendência Regional de Tocantins (Em execução)

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 0,00
2019	R\$ 0,00
2020	R\$ 0,00
2021	R\$ 0,00
2022	R\$ 2.751.277,17
	R\$ 2.751.277,17

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No Amapá conta com o único valor em execução foi no ano de 2022 com o valor de R\$ 180.280,00, por ser uma superintendência também nova, conta com apenas esse instrumento nesse período.

Gráfico 26 – Valor total do instrumento investido – 11ª Superintendência Regional do Amapá (Em execução)



Fonte: Elaborado pela Codevasf (2018 até 2022).

Tabela 26 – Valor total do instrumento investido – 11ª Superintendência Regional de Amapá (Em execução)

Anos	Valor total do Instrumento
2018	R\$ 0,00
2019	R\$ 0,00
2020	R\$ 0,00
2021	R\$ 0,00
2022	R\$ 180.280,00
	R\$ 180.280,00

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nesses projetos observados que foram concluídos ou estão em execução, estão voltadas para as seguranças hídricas, como também as revitalizações hidrográficas, além da infraestrutura das hídricas, buscando intervir no esgotamento sanitário, abastecimento de água e processos, buscando levar água com qualidade para população (Codevasf, 2022).

Além do mais, implantar sistemas de Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), como operação e manutenção desse sistema. Como também fornecer cisternas, poços, barragens gerando aumento de água, com o objetivo de auxiliar a população urbana e as famílias que vivem em extrema pobreza, buscando atender com prioridade.

A agricultura irrigada também faz parte, ela ajuda na gestão, administração e operação de projetos de irrigação, esse projeto gera emprego, crescimento da produção agrícola. A

economia sustentável inclui na capacitação de jovens, aquicultura, obras de infraestrutura como também projetos e operação dos centros integralizados de recursos pesqueiros, esse projeto gera empregos, atrai investimentos, ele é voltado para os produtores rurais e jovens.

Por meio da análise dos dados é possível inferir que dependendo dos projetos e força política da região, maiores recursos serão direcionados para as mesmas, em contraponto com Mungiu-Pippidi, & Hartmann (2019) que argumentam que para uma melhoria duradoura do controle da corrupção, as sociedades precisam reduzir os recursos para a corrupção e, ao mesmo tempo, aumentar as restrições, verificou-se que mesmo em período de contingenciamento de recursos, período em que a Covid se alastrou no Brasil, para várias áreas, a empresa recebeu recursos que foram em grande parte direcionados para Estados mais afetados também por desastres ambientais.

Enquanto Pott, & Estrela (2017) consideram de maneira otimista que uma característica fundamental do estilo de vida da humanidade sempre se deu sobre o enfoque da remediação, ao invés da prevenção e que graças à ascensão das Políticas Ambientais, esse paradigma começa a tomar rumos de mudança (p.282), consideramos aqui que o Brasil ainda enfrenta desafios na gestão pública, principalmente quando há ainda a sensação de impunidade que ronda o sistema judiciário brasileiro relacionados à responsabilização dos desastres ambientais causados pelas organizações, como ausência de controle social de como esses recursos foram realmente utilizados.

Como limitação da pesquisa se considera a não investigação de como os investimentos foram de fato implementados e a qualidade destes gastos públicos regionais para o desenvolvimento real das localidades em que a Codevasf atua.

Mas como foram utilizados os recursos para as obras de infraestrutura da CODEVASF no período de 2018 a 2022 nas regiões geográficas em que atua? Eles foram utilizados para as linhas de negócios em que foram direcionadas, como: segurança hídrica, agricultura irrigada, economia sustentável, estruturação de cidades, planejamento regional e inovação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se de modo geral que as Superintendências no decorrer dos anos realizaram seus projetos com os investimentos que foram destinados, sendo o maior investidor Minas Gerais, por ser a Superintendência que atende mais municípios. Enquanto as Superintendências que tiveram os menores valores de investimento foram criadas a pouco tempo ou a Sede que ficou responsável por seus projetos. Fato que requer maiores investigações.

Ainda existem projetos em execução desde 2018, porém em algumas Superintendências todos os projetos foram concluídos ou estão com menores valores para sua finalização, mas de 2019 em diante existem saldos altos de investimentos em execução, além disso os que estão em maior quantidade são os do ano de 2022, tendo em vista que as últimas atualizações dos dados foram 27 de dezembro de 2022.

O que influenciou neste processo foi que em 2019 teve troca de gestão política, em 2020 a Covid se expandiu por todo o país, mas os investimento nesse período foram altos, porém tiveram altas quantidades de projetos realizados e em 2022 contou com o ano das eleições diminuindo na execução dos projetos em todas as regiões.

Por fim, as perspectivas futuras para os próximos Trabalhos de Conclusão de Curso, são: observar a qualidade desses projetos, se os dispêndios foram auditados em termos do desenvolvimento local que promoveram, além dos gastos após os anos de 2018 à 2022 por região, buscando fazer o comparativo das possíveis mudanças e uso político destes recursos.

Referências

Amado, G. (2023). CGU questiona pregões da Codevasf em Petrolina, reduto do centrão.

Metrópolis.

Bardhan, P. (2017). Corruption and development: a review of issues. *Political Corruption*, 321-338.

Blonski, F., Coelho Prates, R., Costa, M., & Vizeu, F. (2017). O Controle Gerencial na Perspectiva do New Public Management: O Caso da Adoção do Balanced Scorecard na Receita Federal do Brasil. *Administração Pública E Gestão Social*, 1(1), 15–30.

Cintra, L. A. R. (2022). A Gestão Pública na prevenção de desastres: o caso de Sertânia, Pernambuco, nas chuvas de 2020.

Codevasf. Disponível em: <<https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/contratos>>.

<Acesso em: 24 jan. 2023>.

Codevasf. Disponível em: <<https://www.codevasf.gov.br/>>. Acesso em:

Portal da câmara dos deputados. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/conadc/1940-1949/constituicao.adct-1946-18->

setembro-1946-365201-publicacaooriginal-1-pl.html>. <Acesso em: 17 nov. 2022>

Codevasf (2022). Disponível em: < <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/governanca/relatorios-da-administracao>>. Acesso em: 02 jan. 2023

Codevasf (2023). Disponível em: < <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/governanca/relatorios-da-administracao>>. Acesso em: 02 jan. 2023 (2019, p. 6 e 7 tabela).

DiMaggio, P. J. (1988). Interest and agency in institutional theory. *Institutional patterns and organizations*, 3-21.

Estadão (2023). Cobiçada por aliados codevasf deve ficar com o pt. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/coluna-do-estadao/cobicada-por-aliados-codevasf-deve-ficar-com-o-pt/>.

FolhadeSãoPaulo (2023). CGU vê irregularidade, e Codevasf anula licitação de R\$ 47 milhões para obras de asfalto. Acesso: CGU vê falhas, e Codevasf anula licitação de R\$ 47 milhões - 26/01/2023 - Poder - Folha (uol.com.br).

Gil, A. C. (2022). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (7th ed.). Grupo GEN. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559771653>

Graciliano, Erivelton Araújo; FIALHO, Wilton Clarimar Dutra (2022). Registro da depreciação na contabilidade pública: uma contribuição para o disclosure de gestão. *Pensar Contábil*, v. 15, n. 56, 2013. Disponível em: < >. Acesso em: 5 nov. 2022.

Hope, Sr, K. R. (2022). The corruption and sustainable development nexus in Africa: a contemporary review and analysis. *Journal of Financial Crime*.

Maia, T. S. V., & Correia, P. M. A. R. (2022). Desafios da Implementação da Nova Gestão Pública. *Lex Humana* (ISSN 2175-0947), 14(2), 121-138.

Mungiu-Pippidi, A., & Hartmann, T. (2019). Corruption and development: a reappraisal. In *Oxford Research Encyclopedia of Economics and Finance*. Oxford: Oxford University Press.

Rocha, J. A. O. (2001). *Gestão pública e modernização administrativa*. Oeiras: INA.

Santos, Marcelo Henrique P. dos; Silva, Roberto César Ferreira da (2022). Assistência Técnica e Extensão Rural do município de Petrolina – PE: o caso da CODEVASF. *Extramuros, Petrolina - PE*, v.3, n.2 p. 91-101, edição especial, 2015. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR&as_sdt=0,5>. Acesso em: 17 nov. 2022.

Todesco, Carolina; Adelino, Isadora (2021). A distribuição geográfica dos investimentos públicos em turismo no Brasil de 2003 a 2018. Acesso em: 14 dez. 2022.

Palavicini, F., & Junior, J. C. V. V. (2020). A responsabilidade penal em caso de desastres ambientais no Brasil. *Academia de Direito*, 2, 165-186.

Planalto. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Pott, C. M., & Estrela, C. C. (2017). Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. *Estudos avançados*, 31, 271-283.

Codevasf (2023). Disponível em: <<https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/auditorias/processo-de-contas-anuais/contas-do-exercicio-2021/relatorio-de-gestao-2021.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2023 (2021, p. 40 e 43 tabelas).